



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**CENTRO REGIONAL DE BRAGA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM**  
**CONTEXTO DE LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**II Ciclo de Estudos em Serviço Social**

**Susana Gomes Pinto de Castro**

Orientadora

Professora Doutora Berta Pereira Granja

Braga, 2013



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**CENTRO REGIONAL DE BRAGA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM**  
**CONTEXTO DE LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**II Ciclo de Estudos em Serviço Social**

**Susana Gomes Pinto de Castro**

Orientadora

Professora Doutora Berta Pereira Granja

Braga, 2013

## **Agradecimentos**

Seria pretensioso da minha parte iniciar esta dissertação sem agradecer a colaboração das pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram ligados à sua elaboração, e sem as quais a sua conclusão não seria possível.

O meu primeiro agradecimento não podia deixar de ser, à minha orientadora, Professora Doutora Berta Pereira Granja, pela sua constante disponibilidade, dedicação e sentido crítico, pelos desafios que me colocou e que serviram para o meu crescimento pessoal e para a minha formação, indicando sempre o caminho a seguir. Mesmo quando sofri um desvio nesse caminho traçado a Professora não desistiu até corrigir a rota.

Ao longo deste trabalho que se estendeu por um período bastante alargado, foram várias as situações pessoais e profissionais que marcaram de uma forma profunda este processo. O que torna este trabalho muito mais do que uma dissertação, mas sim uma parte da história da minha vida.

Gostaria de agradecer de uma forma especial ao meu marido, pelo apoio prestado e pela força nos momentos mais difíceis.

Em particular gostaria de agradecer à Marta pela sincera amizade, confiança e pelas palavras confortantes que sempre me soube dar nos momentos mais conturbados.

Finalmente, gostaria de deixar um agradecimento muito especial aos meus pais e ao meu irmão pelas palavras de incentivo e compreensão para a realização desta dissertação, dando sempre força para a concretização dos meus sonhos.

## **Resumo**

O presente trabalho está inserido no âmbito da conclusão do Mestrado em Ciências da Assistência Social. O tema escolhido está centrado no estudo do papel do Assistente Social, bem como da sua prática profissional em contexto de Lar de Infância e Juventude. Assim, numa primeira parte do presente trabalho são apresentados os elementos teóricos considerados relevante para a reflexão acerca deste tema, resultado de uma pesquisa bibliográfica, sendo que, numa segunda parte é apresentado todo o estudo. A amostra é constituída por cinco técnicos de serviço social que desempenham funções em Lares de Infância e Juventude do Concelho de Braga. O instrumento utilizado para recolha dos dados foi construído especificamente para este estudo, sendo um guião de entrevista aplicado junto de cada participante, numa visita à instituição. Neste sentido, foi dada preferência à metodologia qualitativa para recolha e análise dos dados, sendo os resultados referentes à importância que é reconhecida pelos próprios técnicos na sua intervenção junto das crianças e jovens institucionalizados. Com este trabalho pretende-se dar um contributo para a reflexão e pesquisa científica acerca deste tema que integra, ainda hoje, algumas disparidades.

## **Abstract**

This work is placed in the context of the completion of the Master of Science in Social Work. The theme focuses on the study of the role of the social worker, as well as their professional practice in the context of Home for Children and Youth. Thus, in the first part of this paper presents the theoretical elements considered relevant to the debate on this subject, the result of a literature search and, in a second part is presented throughout the study. The sample consists of five service technicians who perform in social homes for children and youth in the municipality of Braga. The instrument used for data collection was built specifically for this study, an interview guide used with each participant, in a visit to the institution. Therefore, preference was given to the qualitative methodology for collecting and analyzing data, and the results in what refers to the importance of which is recognized by these professionals in their work with children and youth institutionalized. This work aims to make a contribution to the debate and scientific research on this topic that integrates, even today, some disparities.

## **Lista de Abreviaturas**

AS – Assistente Social;

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

EUA – Estados Unidos da América;

Lic. – Licenciatura;

LIJ – Lares de Infância e Juventude;

Séc. – Século.

## Lista de Quadros

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 - Resultados relativos à Identificação dos Técnicos entrevistados nos LIJ.....  | 56 |
| Quadro 2 - Resultados das respostas 2.1.1 a 2.1.8. do grupo de questões nº 2.1 do Guião de Entrevista aplicado.....  | 60 |
| Quadro 3 - Resultados das respostas às alíneas a), b), c) e d) do grupo de questões nº 2.1.10 do Guião de Entrevista aplicado.....   | 66 |
| Quadro 4 – Resultados relativo à existência de diferentes elementos, nas mediações do Lar de Infância e Juventude.....   | 67 |
| Quadro 5 - Resultados referentes ao Estado de Conservação do meio exterior e interior de cada uma das Instituições integrantes deste estudo.....   | 69 |
| Quadro 6 – Resultados referentes aos equipamentos disponíveis em cada Instituição.....   | 70 |
| Quadro 7 - Resultados obtidos na dimensão de Composição do Lar de Infância e Juventude, através da contabilização do número e tipo de quartos, bem como dos critérios de distribuição das crianças pelos diferentes aposentos..... | 72 |
| Quadro 8 - Resultados obtidos na dimensão de Recursos disponibilizados por cada Instituição.....   | 73 |
| Quadro 9 - Resultados obtidos na dimensão de Formação do Diretor Técnico e da Equipa Técnica.....  | 74 |
| Quadro 10 - Constituição da equipa (Educativa e/ou Técnica) e número de elementos.....   | 76 |
| Quadro 11 - Constituição da equipa (Educativa e/ou Técnica) e funções/responsabilidades.....   | 77 |
| Quadro 12 - Principais funções do Assistente Social no Lar de Infância e Juventude.....  | 84 |
| Quadro 13 – Resultados obtidos através das respostas dos Assistentes Sociais entrevistados ...   | 86 |
| Quadro 14 - resposta relativos aos procedimentos utilizados pelo Assistente Social.....  | 88 |

|   |     |
|---|-----|
| Quadro 15 - A importância do Assistente Social na construção do Projeto de Vida das crianças/jovens .....   | 89  |
| Quadro 16 – A perspectiva das crianças e jovens encaram o papel do Assistente Social no LIJ .   | 89  |
| Quadro 17 - os novos problemas que estão a surgir no LIJ .....  | 90  |
| Quadro 18 - Os principais desafios que se colocam, atualmente, a um Assistente Social, num LIJ .....  | 90  |
| Quadro 19 - O futuro do Assistente Social num LIJ .....   | 91  |
| Quadro 20 - Relações do LIJ com as diferentes Entidades e Instituições, de acordo com a frequência, o tipo de contacto, ou outro tipo de relação..... | 105 |
| Quadro 21- Tabela de registo da existência de diferentes elementos, nas mediações do Lar de Infância e Juventude.....                                 | 106 |
| Quadro 22 - Tabela de registo do equipamento da Instituição.....  | 107 |
| Quadro 23 - Constituição da equipa (Educativa e/ou Técnica), Nº de elementos e funções e responsabilidades .....                                      | 109 |
| Quadro 24 - Principais funções do Assistente Social no Lar de Infância e Juventude.....   | 110 |

## **Lista de Gráficos**

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 - Idades dos Técnicos e respetiva média.....   | 57 |
| Gráfico 2 - Tempo (em anos) de trabalho dos Técnicos participantes no estudo, na respetiva<br>Instituição..... | 58 |

## Índice

|   |            |
|---|------------|
| <b>Resumo .....</b>   | <b>IV</b>  |
| <b>Abstract .....</b>   | <b>V</b>   |
| <b>Lista de Abreviaturas .....</b>                                | <b>VI</b>  |
| <b>Lista de Quadros.....</b>                                      | <b>VII</b> |
| <b>Lista de Gráficos .....</b>                                    | <b>IX</b>  |
| <b>Introdução .....</b>   | <b>13</b>  |
| <b>1. A família como espaço de socialização e educação.....</b>   | <b>17</b>  |
| <b>1.1. Da Instituição aos Lares de Infância e Juventude.....</b> | <b>20</b>  |
| 1.2. Instituição como espaço de acolhimento e educação .....      | 25         |
| <b>2. O Assistente Social.....</b>                                | <b>28</b>  |
| 2.1. O papel do Assistente Social na Instituição .....            | 34         |
| <b>3. As crianças e jovens institucionalizadas .....</b>          | <b>38</b>  |
| 3.1. A criança institucionalizada antes e depois do LIJ.....      | 40         |
| <b>4. Análise .....</b>   | <b>46</b>  |
| 4.1. Objeto de estudo.....  | 47         |
| 4.2. Objetivos .....  | 47         |
| 4.2.1. Objetivo Geral .....                                       | 47         |
| 4.2.2. Objetivos Específicos .....                                | 47         |
| 4.3. Metodologia .....  | 49         |
| 4.3.1. Caracterização da Amostra.....                             | 50         |
| 4.3.2. Procedimento.....  | 51         |
| 4.3.3. Instrumento.....   | 52         |
| 4.4. Resultados .....   | 55         |
| <b>5. Discussão e Interpretação dos Resultados.....</b>           | <b>92</b>  |
| <b>6. Conclusão / Reflexão Crítica .....</b>                      | <b>97</b>  |

|  |            |
|--|------------|
| <b>7. Referências Bibliográficas .....</b> | <b>99</b>  |
| <b>8. Anexos.....</b>                      | <b>102</b> |
| 8.1. Guião Entrevista.....                 | 103        |

## **Introdução**

A curiosidade é o motor de toda a busca de conhecimento. Porque gera uma inquietude, uma ânsia de explicação, que só pode ser apaziguada quando encontramos algumas respostas. E só conhecemos as respostas quando questionamos, já que as interrogações condensam em si elementos estruturantes da resposta.

Delimitar as questões, focalizá-las e precisar a sua formalização é, assim, tarefa de qualquer aprendiz. O presente trabalho representa um processo de aprendizagem e amadurecimento, não só no conhecimento, mas em termos de maturidade pessoal.

A reflexão sobre o tema de investigação a privilegiar no âmbito do presente curso de Mestrado levantou-me um infindável de temas que merecem ser exploradas e sobre as quais gostaria saber mais.

Os factos não falam por si, necessitam de ser interrogados para, a partir dessa interrogação, se conquistarem, construírem e verificarem respostas que constituem o facto científico (Quivy, 1998).

O objeto de interesse do presente trabalho nasce na prática como assistente social num Lar de Infância e Juventude. O contacto direto com a realidade das crianças que, em regime mais ou menos temporário, são desprovidas das suas famílias de origem, e acolhidas institucionalmente, orientou-me para este estudo.

Sabe-se que o acolhimento institucional de crianças/jovens suscita reservas aos próprios profissionais que trabalham na área de proteção à infância que, dependendo do

grau de conhecimento e de fundamentação, revelam ou ocultam preconceitos e estereótipos desta realidade, que influenciam inevitavelmente as suas práticas. Sendo estes os conhecedores e interventores na proteção destas crianças, as suas representações, a forma como apreendem e interpretam a realidade, revestem-se de particular importância.

Tendo em conta a visão que estes profissionais possuem, as ideias e construções que fazem acerca da sua prática profissional e do meio em que intervêm, apresenta-se como principal objetivo do presente trabalho identificar na prática dos assistentes sociais os fatores que podem contribuir para construir contextos de socialização primários favoráveis em contexto de lares de infância e juventude.

No que se refere à estrutura desta dissertação, numa primeira parte dar-se-á especial destaque ao enquadramento teórico deste tema, privilegiando a enunciação dos elementos e conteúdos teóricos que sustentam este estudo, tais como as perspetivas que, ao longo do tempo se foram desenvolvendo relativamente à instituição enquanto espaço de acolhimento de crianças e jovens em risco, a ligação da experiência de institucionalização com a família, bem como as principais problemáticas que estão associadas a esta realidade, o papel do assistente social, as suas metodologias de intervenção e a experiência da criança ou jovem que vive num lar de infância e juventude.

O primeiro capítulo apresenta uma reflexão acerca da realidade institucional. Pretende-se abordar as principais temáticas que estão associadas à experiência, quer da criança ou jovem institucionalizado, quer do assistente social.

Neste sentido, numa primeira instância será apresentada uma reflexão acerca do papel das instituições de acolhimento de crianças e jovens na sociedade, abordando as

principais diretrizes políticas que a ela se encontram associadas. A evolução do conceito de instituição será também abordada neste primeiro capítulo, refletindo acerca do acompanhamento das mudanças sociais que, nos últimos tempos, se vêm apresentando cada vez mais prementes e constantes, colocando mais e novos desafios às instituições, no que concerne, principalmente à sua missão, ao seu papel social e à sua efetiva contribuição para a construção e consolidação de uma sociedade harmonizada, proporcionadora de oportunidades para as crianças e jovens em risco.

A primeira parte do primeiro capítulo abordará as principais problemáticas com que se defrontam atualmente os Lares de Infância e Juventude (LIJ), refletindo, para tal, acerca dos contextos sociais que motivam a institucionalização das crianças e jovens e expondo alguns exemplos dos testemunhos dados pelos participantes no estudo realizado.

Numa segunda parte dar-se-á especial enfoque ao Assistente Social, procurando aprofundar os conteúdos que estão relacionados com a história desta profissão, a evolução do serviço social ao longo dos último século e as principais diretrizes que sustentam hoje em dia a prática desta atividade.

Dar-se-á também destaque à função do assistente social (AS), enquanto membro de uma equipa técnica de um LIJ, procurando refletir acerca do seu papel, do seu contributo para o alcance daquilo que é a missão de uma instituição desta natureza. Pretende-se assim abordar a influência que um AS poderá ter no desenvolvimento saudável de uma criança ou um jovem institucionalizado, estabelecendo a ponte da sua relação quer com a instituição e tudo aquilo que esta representa para ele, quer na sua relação com as outras crianças institucionalizadas, quer na sua relação com a escola, a

família e outras entidades ou instituições que estão envolvidas no seu processo de institucionalização e desenvolvimento.

Estas tipologias relacionais serão apresentadas com maior profundidade numa terceira e última dimensão do primeiro capítulo, procurando perceber como vive uma criança ou jovem institucionalizado a sua relação com a família de origem, com a instituição, a escola, os seus pares e, numa última instância, com o seu futuro, com o seu projeto de vida.

No segundo capítulo procura-se expor todos os elementos inerentes ao estudo de caso realizado junto de 5 técnicos de serviço social que trabalham em Lares de Infância e Juventude, através da aplicação de um instrumento de recolha de dados construído especialmente para este efeito. A metodologia privilegiada para orientar este estudo é de carácter qualitativo, mais concretamente na forma de um guião de entrevista que integra 5 dimensões: a identificação do técnico constituída por 7 questões, a caracterização da instituição com 14 questões, a caracterização da equipa que inclui 7 questões, as funções do assistente social com 5 questões e o papel do assistente social no lar de infância e juventude também com 5 questões.

## **1. A família como espaço de socialização e educação**

*“Apesar de haver um entendimento global quanto à necessidade de se estabelecerem limites, de organizar e orientar a vida de uma criança, são grandes as diferenças de opinião entre muitos profissionais acerca das melhores formas de ir de encontro a estas necessidades”.*

(Brazelton & Greenspan, 2002, p. 188)

Durkheim (2007) trouxe a clássica formulação da socialização como meio integrador, no qual as regras sociais são transmitidas às novas gerações pelo processo de educação. Diz que, ao nascer, o indivíduo já encontra a sociedade pronta e constituída em suas leis. Para ele, a educação é, na verdade, um meio pelo qual a sociedade prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais de sua própria existência. Considerava a sociedade como um sistema formado pela associação de indivíduos que se manifestam como um facto objetivo, externo a nós, que determina quase tudo que se faz. A sociedade que precedeu-nos e nossas vidas não passariam de um episódio na marcha do tempo.

Enquanto outros autores, como Berger e Luckmann (1985), falam dos limites da sociologia clássica para a compreensão dos processos de socialização contemporâneos, pois explicar a socialização por meio da reprodução, pela qual tudo é interiorizado numa posição objetiva, limita e predetermina as ações dos indivíduos. Berger e Luckmann (1985) falam da socialização como um processo de internalização. O mundo social é

internalizado pela criança, mas este processo também ocorre com o adulto cada vez que é iniciado num novo contexto social ou num novo grupo social. Esses dois processos, segundo o que Berger e Luckmann (1985) afirmam, consistem numa socialização primária, no primeiro caso, e socialização secundária, no segundo caso.

A sociedade não é, então, algo que exista separada do homem, no sentido durkheimiano, mas parte do nosso ser mais íntimo. A sociedade não só controla os nossos movimentos como dá forma aos nossos pensamentos, identidades e emoções.

Segundo Berger e Luckmann, «as paredes de nosso cárcere já existiam antes de entrarmos em cena, mas nós a reconstruímos eternamente. Somos aprisionados com nossa própria cooperação» (Berger e Luckmann, 1985, p. 136). Nesse sentido, Berger e Luckmann analisam a socialização como construção social, vivência singular, seja na família, escola, trabalho, seja em qualquer instituição. Significa movimento, pois, segundo eles, «a socialização nunca é total nem está jamais acabada» (Berger e Luckmann, 1985, p. 184).

Para a juventude contemporânea, o processo de socialização é composto de múltiplas interações, compondo uma trama que, ao mesmo tempo, abre muitas opções e, também, muitos limites. Tendo acesso a múltiplas referências culturais, os jovens criam sentidos para as experiências que vivenciam e constituem-se como sujeitos a partir destes processos. É impossível, portanto, pensar isto numa lógica determinista, com a socialização reduzida a um treino que propicia a interiorização de regras e valores.

O processo de socialização demonstra implicar mais do que a simples determinação do meio ambiente. O ser humano interage com o meio em que está inserido, desde muito cedo.

Para Naouri (2009), “uma criança pode exprimir do que percebe primeiro de si mesma e, depois, do mundo que a rodeia e em que tenta entrever o lugar que há-de ser seu” (p. 57).

A família é o primeiro espaço onde cada individuo se insere, sendo neste contexto que a pessoa se inicia na sociabilização que o levará à articulação com a comunidade.

É no seio familiar que se faz a transmissão de valores, costumes e tradições, sendo neste que o jovem/criança os absorve e se adapta à existência de regras com as quais terá de conviver quando inserido na sociedade real.

A educação é um processo complexo, com tarefas múltiplas sobre o qual os pais têm de saber gerir as suas expectativas ajustadas às dos seus filhos, através da clarificação dos seus objetivos e escolher as melhores estratégias educativas.

Sendo a família a instituição mais privilegiada da educação, tem sido alvo de inúmeras mudanças ao longo das últimas décadas. A estrutura familiar não é, por isso, estanque e imóvel face às mudanças sociais, económicas e políticas que ocorreram, bem como, os modelos educativos perfilhados neste ou naquele contexto social e temporal.

Quando a família não consegue, por diversos motivos, acompanhar o desenvolvimento da criança, existem diferentes respostas, nas quais integramos os LIJ. Segundo a Lei nº 147/99: art.º 51º, os Lares de Infância e Juventude são respostas especializadas, seguindo modelos educativos adequados às crianças e jovens que neles estão acolhidos.

## **1.1. Da Instituição aos Lares de Infância e Juventude**

Segundo Émile Durkheim (2007), o conceito de instituição social é definido como um mecanismo de proteção da sociedade. Pode entender-se como um conjunto de regras e procedimentos que são padronizados pela própria sociedade, na sua procura pelo estabelecimento e manutenção da ordem, da organização do grupo, de forma a satisfazer as necessidades indivíduos que participam neste mesmo grupo.

Neste sentido, para o autor, as instituições são, por estes motivos, conservadoras na sua essência, uma vez que procuram a manutenção da ordem e resistem, por isso, e em muitas circunstâncias, à mudança.

Deste modo, quer se fale da família, da escola, do governo, da polícia ou outra qualquer instituição, estas regem os seus comportamentos, os seus modos de pensar, de sentir, através de um conjunto de normas aceites e reconhecidos por todos, sancionando aqueles que não os cumprem, abrindo um espaço reduzido e com desenvolvimento lento, para a mudança.

Na perspectiva de Goffman, (1987) o conceito de instituição social define-se como “um local que concentra moradia, lazer, e a realização de algum tipo de atividade formativa, educativa, corretiva ou terapêutica, onde um grupo relativamente numeroso de internados estão submetidos a uma pequena equipa dirigente que gere a vida institucional” (p. 19).

O conceito de instituição social parece assim estar intrinsecamente associado aos princípios que a sociedade elege como orientadores da sua conduta, assumindo-se como um conceito abrangente.

No que se refere especificamente à definição de Lar de Infância e Juventude, estando conceptualmente integrado naquilo que se entende como instituições de proteção social, este é encarado como uma resposta social direcionada a crianças e jovens, dos 0 aos 18 anos, em situação de emergência, perigo ou negligência, retirados aos seus agregados familiares de origem, por decisão das CPCJ ou do Tribunal.

O seu surgimento advém da necessidade de proporcionar a estas crianças e jovens uma estrutura residencial que lhes garanta pleno cumprimento dos seus direitos, assegure a sua proteção, promova o seu bem-estar, o seu desenvolvimento integral, tendo em vista a perspetiva de uma cidadania ativa e a (re) integração social, num ambiente normativo de vida, próximo de um ambiente familiar harmonioso e afetivo, que respeite a sua individualidade.

Assim, esta instituição pretende constituir-se como um meio real para suprir o risco a que estas crianças e jovens estavam expostos, sendo que o Estado tem que encontrar mecanismos de acompanhamento e de controlo que lhes permitam realizar um percurso de participação ativa na sua construção pessoal e social (Teixeira, 2009).

A questão que se coloca a estas instituições é como organizar-se, que estratégias de funcionamento, que papel para os diferentes técnicos para que as instituições possam cumprir as funções atribuídas às famílias: de proteção e criação de contexto de socialização primária favorável ao desenvolvimento de identidades positivas nas crianças e jovens.

Sabe-se que o acolhimento institucional de crianças e jovens suscita reservas aos próprios profissionais que trabalham nesta área.

Estas crianças e jovens crescem num ambiente “reservado” a indivíduos com problemáticas específica, o que necessariamente reforça um sentimento de diferença nestas crianças e jovens. A forma como avaliamos determinados grupos e indivíduos resulta de um longo processo de aprendizagem, e os sentimentos acerca dos membros dos vários grupos são moldados pelos comportamentos dos pais, dos outros adultos e pares (Goffman, 1987).

Para que a instituição se constitua como um espaço de segurança, é necessário que todos os técnicos se envolvam na relação com a criança ou jovem como verdadeiras figuras de confiança. Isto implica, para além da preparação académica e técnica necessárias, estar motivado e preparado profissionalmente para integrar as necessidades específicas das crianças e jovens e saber dar-lhes resposta.

A função educativa dos profissionais passa por conferir confiança desde o primeiro dia em que a criança ou jovem entra na instituição. A segurança é uma premissa para que os adultos significativos se constituam como modelos internos de contenção, de regras e de autoridade. O adulto tem, de se constituir desde logo, como fonte de segurança, mas também como figura de autoridade, a fim de servir de mediador entre a criança ou jovem e a realidade.

O clima de afeto e proximidade é desejável, mas tem de ser contrabalançado com uma autoridade firme, sob pena de levar a uma diminuição do cumprimento das regras, e sobretudo, à incapacidade de interiorização dos limites e de desenvolvimento de uma consciência ética e moral compatíveis com as exigências da interação social (Teixeira,2009).

A criança necessita assim que o adulto a acompanhe no seu processo de desenvolvimento, para que possa crescer de forma saudável.

Vários são os autores que, ao longo da história das ciências sociais, se foram dedicando ao estudo do desenvolvimento da criança, por forma a perceber como se processa o seu desenvolvimento.

Erickson (1976) forneceu um importante contributo, na medida em que desenvolve uma teoria dedicada ao desenvolvimento psicossocial da criança, tendo, para tal, definido um conjunto de estágios de desenvolvimento.

Em cada um dos estágios o ego passa por uma crise, a qual dá nome ao estágio, sendo que esta mesma crise pode ter um desfecho positivo ou negativo.

Para Erickson (1976), em cada crise vivida, a personalidade vai-se reestruturando e, de acordo com as experiências vividas, o ego vai-se adaptando progressivamente aos seus sucessos e fracassos.

Em suma, a cada etapa, a criança desenvolve-se a partir das exigências internas de seu ego, mas também das exigências do meio em que vive, sendo portanto essencial a análise da cultura e da sociedade em que esta mesma criança vive.

Bowlby (1997) é um outro autor de referência no que diz respeito ao estudo e compreensão do desenvolvimento e comportamento da criança ou adolescente.

Tendo desenvolvido a teoria da vinculação, este autor dá especial destaque às consequências da privação materna precoce, afirmando que “uma criança manifesta aflição, sempre que se separa, sem desejar, de uma figura materna, a quem já teve ocasião de se apegar. Se essa criança é colocada em ambiente estranho e se vê tendida

por uma série de pessoas desconhecidas, a aflição tende a intensificar-se” (Bowlby, 1997, p. 29).

O contributo da ciência vem sendo assim primordial no que se refere ao conhecimento do desenvolvimento e comportamento da criança ou jovem.

## **1.2. Instituição como espaço de acolhimento e educação**

Durante muitos anos, as instituições fechadas de educação de crianças e jovens em Portugal assumiram duas formas fundamentais. Por um lado, os internatos, que serviam a população estudantil rural e/ou de fracos recursos ou situações especiais como os colégios militares e, por outro lado, instituições de acolhimento de jovens, sem adultos capazes de assegurarem a sua sobrevivência, por situações de pobreza ou orfandade, integrando ainda crianças e jovens com comportamentos desviantes. Eram instituições geralmente afastadas dos espaços urbanos, o que permitia o desenvolvimento de objetivos como a aprendizagem de atividades rurais ou o reforço da disciplina.

Pedro Strecht (2003, p. 100) faz referência a esta realidade:

“Ainda há poucos anos, e salvo raras exceções, o panorama era desolador. Centros instalados em edifícios desadequados, velhos ou antiquados, que espelhavam o crónico desinvestimento do estado nesta área. Por outro lado, percebia-se nesses locais a sua história e evolução: ora a influência da Igreja (centros em antigos conventos, por exemplo), ora a organização asilar do Estado Novo (edifícios grandes, frios e de arquitetura prisional). A pobreza dos espaços físicos mantinha e agravava o grau de privação extrema a que estes jovens são sujeitos”.

As instituições de acolhimento de crianças e jovens, nesta perspectiva, ajustam-se ao conceito de instituições totais apresentado pelo sociólogo Erving Goffman (1987, p. 11). Segundo este, as instituições totais caracterizam-se por “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada”.

Segundo Goffman (1988), as instituições totais podem distinguir-se pela “rutura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida: dormir, brincar e trabalhar, visto que todas as atividades “são realizadas no mesmo local e sob uma única autoridade”. No entanto, “cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. (...) Todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas e por um grupo de funcionários” (p. 14).

Segundo Teixeira (2009), “o grande desafio que se coloca às instituições de acolhimento de crianças e jovens é que se configurem como um ambiente reparador, securizante e organizador do psiquismo. Que (re) criem laços e interações próximos da sociabilidade primária do ambiente familiar” (p. 49).

Embora sejam encaradas como respostas com capacidade de cumprimento das funções que são tradicionalmente atribuídas às famílias, a instituição é, de acordo com Teixeira (2009), “um rude substituto do núcleo de socialização primária que é a família”. Contudo, “quando esta falha, surge a necessidade e responsabilidade social de criar condições favoráveis à (re) aprendizagem de competências pessoais e sociais que

permitam o acesso à cidadania”. A autora refere ainda que “na ausência ou impossibilidade de outras respostas, a institucionalização deverá configurar-se como uma resposta válida, desde que proporcione um ambiente tanto quanto possível próximo da família”. No que se refere ao processo de retirada de uma criança do seu meio natural de vida, a autora afirma que esta “é sempre uma decisão complexa, desde logo porque a institucionalização é, sempre, uma experiência dolorosa, não só pela separação e rutura com o ambiente conhecido da criança, como pelas adaptações sucessivas a qua é sujeita, pela descontinuidade em termos relacionais e de construção de afetos e da sua identidade, e ainda pela estigmatização que, consciente ou inconscientemente, marca indelevelmente estas experiências” (pp. 48-49).

O sofrimento das crianças e jovens expostos a estas circunstâncias parece evidente, na medida em que “a criança é, assim, duplamente vítima: sofre de uma situação de risco ou perigo, e sofre as respostas que visam a sua separação” (Teixeira, 2009, p. 49).

O objetivo último da institucionalização de uma criança ou jovem passa assim por possibilitar “efetivamente as mesmas oportunidades que as outras crianças”, promovendo também os recursos dos pais, para que possam voltar a assumir a função de pais (Teixeira, 2009. P. 49).

## 2. O Assistente Social

Dando seguimento a esta reflexão, importa iniciar esta abordagem referindo que a institucionalização do Serviço Social surge no final do séc. XIX, sendo relevante destacar, especificamente, o ano de 1890 pela importância que teve na criação, em Londres, da “*Women’s University Settlements*”, marcando “uma viragem significativa no tratamento de uma necessidade sentida em relação a uma profissionalização da actividade de ajuda social exercida no âmbito do voluntariado social” (Mouro & Simões, 2001, p. 27).

Este movimento surge como oposto ao modelo social que se vivia nesta época. Representava uma mudança de atitude que, progressivamente, se foi “transformando num imprescindível suporte logístico ao desenvolvimento do modelo social capitalista”. O seu principal objetivo centrava-se, assim, na “regulação das contradições inerentes a um modelo de sociedade que justificava os seus fins económicos em função dos seus fins sociais”. Neste sentido, “este mesmo voluntariado expressa uma aliança complexa entre os propósitos e as condições sociais” (Mouro & Simões, 2001, pp. 27-28).

Podemos assim afirmar que, com a projecção significativa que este movimento conquistou, se verificou, através do interesse e importância reconhecidos pelas elites intelectuais (o que até então apenas era valorizado pelos filantropos), pelo que estes passaram a contribuir também para a causa social, através da “rendibilização do seu capital de saber em benefício do processo de sublimação dos fenómenos sociais que, em

catadupa, dificultavam a reprodução do sistema dominante” (Mouro & Simões, 2001, p. 28).

Denota-se assim, nesta época, uma “reinvenção de uma estratégia de intervenção social que viabilizasse uma necessária amenização do clima social”, abrindo-se agora espaço para “o considerável crescimento das instituições de caráter social e a utilização de novos métodos científicos no estudo dos problemas sociais” (Mouro & Simões, 2001, p. 28).

Mediante a articulação dos esforços de inúmeros interventores sociais que, tendo sede conceptual em diversas áreas do saber, surge a necessidade de “reorganização da estratégia de utilização do desempenho da atividade de voluntariado social”, o que acabou, “indiretamente, por criar uma exigência de formação do conjunto de voluntariado social interessado em manter um papel ativo no processo de penetração no meio social” (Mouro & Simões, 2001, p. 30).

Assim, surge em Inglaterra, no ano de 1893 e com organização da *Charity organization Society*, fundada em 1869 por Hurrell Solly, o primeiro curso experimental de formação para voluntariado social e, no ano seguinte, nos EUA, a entidade homóloga Americana avança também com esta iniciativa encabeçada por Richard Ayres (Mouro & Simões, 2001).

O interesse pela prática da “assistência social” vai-se proliferando no tempo e no espaço, dando lugar à criação de novos movimentos e novas escolas, como são exemplo a cidade de Nova York, em 1898, a Inglaterra em 1904 (através da Escola de Ciências Sociais de Liverpool), a Alemanha em 1908, a França em 1911, a Bélgica em 1920, entre outros.

No que se refere ao caso específico nacional, em Portugal, a primeira escola surge em 1935, em Lisboa, “ligada à pessoa da Condessa de Rilvas, figura responsável pela proposta de organização do Curso de Serviço Social apresentado no 1º Congresso da União Nacional levado a efeito em 1934” (Mouro & Simões, 2001, p. 34).

Denota-se assim o aparecimento de uma estratégia política de desenvolvimento social em Portugal no início do séc. XX, sendo que, em Coimbra é fundada a “*Escola Normal Social – A Saúde*”, tendo como principal finalidade dar resposta às problemáticas sociais vividas no centro do país.

O processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social vai assim evoluindo ao longo do séc. XX, sendo que é em Milão, em 1925, que se realiza o “I Congresso Internacional de Serviço Social” e, 3 anos mais tarde, em Paris, é realizada a primeira “Conferência Internacional de Serviço Social”, tendo-se centrado este evento na definição das áreas de atuação do Serviço Social, bem como o respetivo perfil de intervenção profissional (Mouro & Simões, 2001).

Várias foram as iniciativas que se realizaram com este propósito, nos anos seguintes, o que contribuiu para o desenvolvimento de todo um conjunto de pesquisas, investigações e construções conceptuais que em muito enriqueceram o conhecimento científico acerca do Serviço Social.

Contudo, a maneira como a profissão de AS vai encarar a sua atuação não se constitui como um processo unitário: “são exatamente as condições históricas, políticas e ideológicas que vão determinar a reorganização da atuação profissional num quadro de uma variedade de perspetivas de entendimento e interpretação instrumental do exercício da profissão” (Mouro & Simões, 2001, p. 44).

A segunda metade do séc. XX é marcada, no que concerne ao desenvolvimento e institucionalização da profissão de AS, pelo “reforço progressivo de vínculos institucionais que foram utilizados na consolidação de um pensamento conservador em matéria de controlo social e na sua confinação à figura polivalente de corpo intermédio na relação do poder com a sociedade civil” (Mouro & Simões, 2001, p. 45).

No entanto, é utópico considerar que a evolução do Serviço Social se mantém estanque. Na década de 70 encontra-se a fase de afirmação do Serviço Social, na medida em que “os novos propósitos de reconceptualização de intervenção profissional” adquirem algum protagonismo e “assumem alguma visibilidade social. Isto porque estes mesmos propósitos não se concretizam de uma forma expansiva; eles impõem-se sob carácter espontâneo e manifestam-se sintonizadamente com o ritmo e características da evolução das diferentes dinâmicas vivenciais do Serviço Social” (Mouro & Simões, 2001, p. 53).

Podemos assim afirmar que os elementos históricos evidenciados ao longo do tempo, na constituição, instituição e desenvolvimento da profissão de AS, se apoiam de forma demarcada e clara nas dinâmicas vividas pela política, economia e modelos sociais vividos desde o final do séc. XIX.

Não admira portanto que, ainda hoje, esta ligação aos sistemas político, económico, social e, de forma muito significativa, ao sistema religioso, se verifique permanente e sustentada, o que constitui, atualmente, um desafio no âmbito do investimento “na construção dos seus espaços ocupacionais”, tendo como objetivo final “fortalecer as suas bases de legitimidade intelectual de forma a esbater a impressão criada pela ideia de que é uma atividade que faz o que todos podem fazer”. Um segundo objetivo passa pelo investimento intelectual com vista à “secularização e modernização

do seu pensamento eminentemente conservador. Aos poucos deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade para se transformar numa das engrenagens da política social do Estado” (Mouro & Simões, 2001, p. 57).

São vários os contributos dos investigadores acerca desta temática, sendo que Dubar (2000) se dedica especialmente ao estudo do coletivo profissional, posicionando-o como um importante meio estratégico e descrevendo novos movimentos sociais que se formaram a partir de grupos profissionais. No seio destes grupo encontramos os assistentes sociais que, em Portugal se mobilizaram estudantes, profissionais, organizações e estabelecimentos de ensino para fazer-se reconhecer a licenciatura em serviço social. Estando a decorrer a década de 80 do séc. XX, este movimento permitiu a evolução da profissão de assistente social, bem como o desenvolvimento da investigação neste âmbito (Granja, 2008).

Todos estes fenómenos e movimentos permitiram o desenvolvimento e progressivo esclarecimento da identidade do profissional de serviço social.

Dubar (1997, citado por Granja, 2008, p. 110) remete especificamente para as formas identitárias, na medida em que estas “não podem ser vistas linearmente como pura expressão psicológica de personalidades individuais, nem produto linear de estruturas ou de políticas sociais económicas que se impõe como prescrição a partir de cima”, mas “resultado de uma elaboração feita pelo próprio sujeito em estreita interacção na relação com outros que estão inseridos nos mecanismos de socialização profissional para construir identidades colectivas”.

No que se refere aos sectores profissionais que detêm na sua prática atividades com grandes margens de improvisação, Dubet (2002) fornece um importante contributo, referindo que o trabalho social se insere ainda num domínio social com força diminuída,

uma vez que o seu quotidiano é significativamente marcado pelos dramas de existências destruídas e fragilizadas, sendo para o autor um sector ainda pouco estruturado.

Segundo Ferreira (2009), “a profissão tem como suporte um conjunto instrumental de métodos e técnicas que intervêm como dispositivo metodológico de ação social” (216). No que se refere especificamente às competências do assistente social, podemos considerar as competências profissionais e as competências de intervenção, sendo que as primeiras se traduzem pela conceção, relação, comunicação, intervenção e avaliação, e as segundas como saber fazer, saber-ser/estar, respeito, autodeterminação, não fazer juízos de valor e elaboração de diagnósticos sociais.

Em suma, embora possua uma base ontológica de inquestionável riqueza, a profissão do AS encontra-se atualmente frente a uma série de desafios que abrem espaço para a reflexão acerca da sua natureza científica, da sua viabilidade social e do seu lugar no âmbito político e económico, pelo que se verifica o seu grande potencial, ainda passível de ser explorado.

O contributo académico revela-se assim preponderante neste constante processo de desenvolvimento, sendo que, em última análise, se poderão alcançar novos horizontes na evolução desta profissão.

## 2.1. O papel do Assistente Social na Instituição

Nesta instância deste trabalho, pretende-se expor uma modesta reflexão acerca daquele que podemos entender e denominar como o papel do AS numa Instituição.

Até aqui foram apresentados conteúdos que remetem para a clara abertura à reflexão e evolução do pensamento e conhecimento acadêmico acerca da profissão do AS. São inúmeras as perspectivas e propostas que, ao longo da história desta atividade, se foram apresentando, sem fechar os caminhos e possibilidades de evolução.

Assim, no que concerne especificamente ao papel do AS numa Instituição, não parece ser diferente, a situação de alguma indefinição, que promete ainda inúmeras possibilidades de esclarecimento e crescimento.

Referindo-se ao contexto específico de intervenção do assistente social da educação, Nadal (1998), *“la actividad del trabajador social no es sino un eslabón en la cadena; su grado de eficacia será mayor cuando más se realice dentro del trabajo y actividades del equipo educativ”* (p.234).

O AS é, atualmente, um técnico polivalente que é interpelado para um conjunto de tipologias interventivas, não se cingindo à atividade técnica que qualquer profissão reclama como condição absolutamente necessária para um desempenho eficaz e bem-sucedido.

Os AS's não se encontram, portanto, isolados no seu sentimento de “mal-estar”. Atualmente, os AS's “interrogam-se acerca da sua posição profissional e do sentido do

seu trabalho: em que é que se diferenciam da ação humanitária? Que benefícios têm? Por sua vez, os trabalhadores sociais acusam as modalidades de trabalho social de serem arcaicas, de não corresponderem às suas necessidades” (Hatzfeld, in Mouro & Simões, 2001p. 215).

Está assim levantada a questão da legitimidade da profissão que, sendo presente na sociedade em geral, não se dilui no contexto específico e concreto de uma Instituição.

A demanda da realidade incorre numa dinâmica de polivalência que, não sendo esta um elemento fragilizador, mas que garante (em muitas circunstâncias) a eficiência de uma intervenção, pode, por outro lado, dar origem a um quadro de indefinição técnica que se apresenta ameaçador da presença de elementos e critérios essenciais à missão do AS, a qual poderemos considerar ser, de uma forma muito geral, linear, simplista e modesta, prestar assistência aos que apresentam maiores riscos e fragilidades sociais.

Hélène Hatzfeld (1998), aborda as transformações em curso sobre as práticas do trabalho social, referindo-se especificamente à articulação da intervenção, pessoas e grupos, aos processos psicossociais, económicos e políticos, ao trabalho coletivo e em parceria, encarando esta última como um importante fator de legitimação.

No que se refere à articulação da intervenção, pessoas e grupos, a autora refere que a pessoa é percebida por relação aos coletivos de que faz parte, a família (neste caso, grupo) é encarada como unidade de intervenção e é analisada em relação ao bairro e às associações. É dada também relevância aos contactos estabelecidos para articulação destas relações, bem como a análise de tipologias que permitem adquirir um ponto de

vista global e diferenciado e a procura de características comuns para melhor adaptar a intervenção.

Ao referir-se aos processos psicossociais, económicos e políticos, a autora faz referência a questionários, animações pontuais, passeios familiares, centros de acolhimento permanente, bem como venda de produtos produzidos pelas famílias. As ajudas financeiras de diversos organismos, a implicação da Câmara, a realização de Fóruns, a intervenção das associações, a definição de propostas de políticas para as empresas, o apoio no alojamento e emprego, o envolvimento de várias associações neste tipo de projetos, as empresas de inserção e o desenvolvimento local constituem também temáticas que Hatzfeld aborda na sua proposta de construção de processos psicossociais, económicos e políticos.

Ao referir-se ao trabalho coletivo e em parceria, a autora aborda a importância da dinamização para que outros façam, trabalhem pelos seus interesses, propõe a interação permanente entre a direção, os especialistas de saúde, higiene e segurança, as organizações sindicais, as instituições sociais e as associações, a participação dos assistentes sociais nas instâncias de concertação e consulta e a criação de condomínios de gestão de bairros.

No que diz respeito especificamente às parcerias, a Hatzfeld (1998) refere, no entanto, que existem dificuldades, nomeadamente ao nível da exposição dos seus atores, no seu confronto e na obrigação que é exercida para que decorram mudanças efetivas nas organizações, podendo este processo ser mais ou menos ativo.

Em suma, a autora propõe uma visão construtivista, no que se refere à construção de novas legitimidades no trabalho social, sendo defensora de

transformações efetivas nas práticas do trabalho social e, conseqüentemente, no papel e nos meios de intervenção do assistente social.

Por outro lado, Paulo Netto salienta ideia da não existência de uma “nova questão social”, referindo que:

“a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (2001, p.48).

São assim variadas as perspectivas que se cruzam atualmente, no que se refere à abordagem ao papel do trabalho social e, mais concretamente, da intervenção do assistente social na instituição.

Na análise apresentada numa fase posterior deste trabalho é possível verificar que os testemunhos dos assistentes sociais são variados a este nível. A título de exemplo um assistente social entrevistado faz acompanhamento às crianças a nível escolar, médico, familiar, entre outros, sendo que um outro assistente social refere que as multitarefas do assistente social não contribuem para a legitimação da profissão.

### **3. As crianças e jovens institucionalizadas**

A experiência da institucionalização integra um conjunto de conteúdos muito específicos na vida de uma criança ou jovem. A sua integração numa instituição advém da identificação de riscos existentes no meio contextual em que a criança ou jovem está inserido.

Assim a institucionalização aparece como uma solução não definitiva, procurando reduzir os riscos vividos por estas crianças e jovens e promovendo a sua educação e autonomia, preparando-os para a desinstitucionalização, para uma vida comum e saudável, fora da instituição.

Anatrella (2007), ao refletir acerca do abandono educativo, coloca uma questão que nos parece interessante para esta reflexão acerca do enquadramento social em que vive uma criança antes de ser institucionalizada, bem como os diferentes riscos que corre fora da instituição: “o comportamento desviante dos jovens nas cidades, a violência na escola, em todas as suas formas, a começar pelo desconhecimento das regras da vida em coletividade e pela falta de controlo de si, não seriam sintomas de falta educativa?” (p. 71).

Embora deixada em aberto, esta questão parece ser muito pertinente para a reflexão acerca da importância que a educação possui no desenvolvimento de uma criança, tanto num contexto extra-institucional como no seio de um LIJ.

Não pretendemos neste trabalho dar uma resposta a esta questão, mas sim refletir acerca das questões que se mantêm atualmente em aberto, procurando acrescentar

elementos que nos permitam contribuir para o desenvolvimento do nosso conhecimento acerca deste tema.

Assim, a institucionalização tem como foco central de atuação intervir junto da criança ou jovem para reduzir e o proteger dos riscos corridos no seu contexto habitacional, escolar e familiar, procurando inverter esta tendência para o comportamento desviante e promovendo assim condições de vida que lhes permitam crescer de forma saudável, sustentada, perspetivando um futuro melhor e mais feliz para elas.

No que se refere à realidade vivida nas instituições, os dados recolhidos na pesquisa que posteriormente é apresentada, sugerem que o número de crianças acolhidas pelas instituições varia entre as 25 e as 65. No que se refere às idades, as instituições recebem crianças desde os 3 anos até aos 21, podendo variar entre instituições exclusivamente masculinas, exclusivamente femininas ou mistas. As principais problemáticas apresentadas estão relacionadas, em geral, com situações de negligência por parte dos pais, variando, em termos específicos, no que se refere aos diferentes tipos de negligência.

### **3.1. A criança institucionalizada antes e depois do LIJ**

Tal como foi referido anteriormente, as motivações que conduzem uma criança ou jovem à institucionalização estão implícita e profundamente ligadas com as condições de vida experimentadas por estas crianças e jovens nos seus contextos habitacionais, escolares e familiares.

A identificação do risco em que estas crianças incorrem é sistematizada e controlada por métodos definidos especificamente para este efeito. São diversas as entidades especializadas que se envolvem neste processo, procurando perceber o que é melhor para a criança ou jovem.

Segundo Coelho e Neto (2007),

“no actual modelo legal de protecção de crianças e jovens em perigo, vigente desde Janeiro de 2001<sup>(1)</sup>, existem procedimentos de maior exigência na sua concretização, como sejam os relativos à retirada urgente duma criança ou jovem, em situação de perigo iminente para a vida ou integridade física quando haja oposição dos detentores do poder paternal ou de quem tenha a guarda de facto” (p. 9).

Esta pode representar uma dificuldade grave no processo de institucionalização de uma criança ou jovem que, seja qual for o contexto em que é retirado do seu espaço habitacional e familiar, sofre sempre um choque profundo com esta mudança e com a separação dos elementos que até então constituem o seu quadro de referências comportamentais e emocionais.

---

<sup>(1)</sup> Introduzido pela Lei 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Contudo, dada a sua entrada numa instituição, este processo não fica cessado. Pelo contrário, é iniciado todo um processo de reconstrução da vida da criança ou jovem, não descorando, contudo, as suas ligações aos seus elementos de origem: a sua família, a sua casa.

O trabalho que é feito nos LIJ pretende dotar a criança de competências que lhe permitam crescer de forma saudável, procurando protege-la dos riscos que motivaram o seu afastamento da família e perspetivando sempre a sua reintegração na vida social. Os LIJ não constituem assim soluções definitivas, mas locais de passagem destas crianças ou jovens, onde elas podem, de forma protegida e sustentada, experimentar o seu desenvolvimento sem elementos que o comprometam (Torres, 2011).

A Caracterização Anual do Sistema de Acolhimento (CASA) prevê que o trabalho com as crianças e jovens seja operacionalizado através de medidas que promovam o seu desenvolvimento, sendo que, para cada caso concreto é definido um projeto de vida: Autonomia de Vida, Integração na família, Adoção ou Projeção junto dos Pais.

O trabalho junto das famílias revela-se assim, em muitos casos, preponderante para o sucesso da vida das crianças e jovens.

Já fomos referindo anteriormente que, em grande parte dos casos que motivam a institucionalização de uma criança ou jovem estão riscos vividos no seu seio familiar.

A família destas crianças ou jovens constitui um elemento de importância determinante em todo o processo de institucionalização. Embora a criança seja retirada do contacto frequente com a família, ela não perde as ligações afetivas que foram até então criadas.

Bowlby (2006) estudou, na primeira metade do séc. XX, com grande afinco e pormenor, a importância da ligação afetiva entre a mãe (ou figura maternal) e o filho. O autor da teoria da vinculação veio salientar a preponderância que esta relação com a figura maternal possui no desenvolvimento da criança.

Assim, mediante uma situação de separação, a criança ou jovem sofre um profundo choque emocional (Bowlby, 1997) que não deve ser descorado pelos técnicos do LIJ. Estes devem mesmo promover o estabelecimento de uma relação saudável com a sua família, respeitando assim a profundidade destes laços a importância que eles continuam a ter para a criança ou jovem quando estão institucionalizados.

No que se refere especificamente às problemáticas familiares que motivam a institucionalização de uma criança ou jovem, as mais frequentes são encontradas em situações de negligência dos pais ou dos detentores da sua guarda, ou exercício abusivo da autoridade, carência afetiva, exploração do trabalho infantil, consumo de substâncias tóxicas (por parte da família e/ou dos jovens), abuso sexual, o abandono (incluindo o abandono emocional) e os maus-tratos (Torres, 2011). Estas situações são dolorosas para as crianças, mas ainda assim elas mantêm a sua ligação afetiva com estas figuras de referência (Coelho e Neto (2007).

Aos técnicos cabe o papel de ser mediadores desta relação da criança ou jovem com a sua família, mantendo estes laços tão significativos, sendo que a manutenção da relação familiar é preponderante para o sucesso da vida da criança na instituição.

A sua ligação familiar é determinante para que a criança ou jovem sinta que não são arrancadas as ligações à sua origem, ainda que esta represente graves danos afetivos provenientes das situações de negligência por eles exercida.

O AS tema assim a missão de fazer a mediação entre a criança ou jovem institucionalizado e a sua família, assumindo que este processo é potenciador da mudança, do desenvolvimento e, conseqüentemente, da promoção de competência na criança ou jovem que lhe permitam construir e viver com sucesso um projeto de vida de felicidade (Almeida, 2001).

Também na relação com outras crianças e jovens institucionalizados encontramos elementos relevantes para a reflexão acerca do processo de institucionalização e da vida da criança ou jovem institucionalizado, sendo que, na instituição, a criança ou jovem vai encontrar outras crianças ou jovens com experiências de vida semelhantes, sendo fundamental que o técnico do LIJ seja capaz de mediar e acompanhar atentamente as relações que surgem deste contacto, procurando promover a vida no LIJ, as boas relações e o relacionamento interpessoal como elementos potenciados do desenvolvimento saudável de todas as crianças e jovens.

Deste modo, as relações da criança ou jovem com os elementos das equipas do LIJ representam também uma dimensão relacional determinante no processo de institucionalização, na medida em que estes acompanham de perto a nova vida que a instituição lhe proporciona.

Os técnicos encontram, em muitas situações, grandes desafios para serem bem-sucedidos nestas relações, dadas as problemáticas que as crianças trazem do exterior da instituição. Contudo, assumindo um papel pedagógico, educativo e humano, os técnicos encontram possibilidades de estabelecerem com as crianças e jovens uma relação de confiança que lhes permite viver em conjunto as dificuldades e sucessos que compõem a experiência da institucionalização (Torres, 2011).

O papel de acompanhamento da criança ou jovem integra também a sua orientação ao longo de todo o processo de institucionalização, sendo que se revela determinante a definição, desenvolvimento e concretização do seu projeto de vida.

A construção deste projeto de vida resulta, antes de mais, do estabelecimento de uma relação de confiança entre a criança ou jovem e o técnico.

Sem esta relação, cuja importância foi sendo até aqui salientada, esta tarefa fica dificultada e o seu sucesso comprometido.

O projeto de vida de uma criança ou jovem numa instituição pretende identificar as potencialidades e gostos da criança ou jovem, bem como aquilo que a faz feliz e, mediante essa informação, delinear um percurso com objetivos alcançáveis e garantam a realização da criança ou jovem, que lhe permitam adquirir experiências positivas e significativas, para que, no futuro, como adulta, ela possua as competências necessárias para viver de forma autónoma e saudável em sociedade.

Deste modo, enquanto elemento técnico da equipa que se encontra em contacto direto com a criança ou jovem, o AS detém um papel preponderante quer na elaboração como na concretização deste projeto.

O seu papel de mediador constitui também um elemento significativo neste processo, sendo que no AS a criança ou jovem pode encontrar um elemento de ligação e contacto com a vida fora da instituição.

Abordando de novo os testemunhos dados aquando da aplicação do instrumento de investigação, foi possível aferir que, perante o objetivo de estabelecimento de uma relação saudável com a família, o assistente social privilegia as visitas domiciliárias, os contatos telefónicos e os agendamentos de reuniões presenciais. No que se refere ao

objetivo institucional do AS de mediação da relação da criança ou jovem com a sua família, obtiveram-se respostas que apontam para a importância do acompanhamento da criança ou jovem, estabelecendo com este uma relação de confiança que permita ao técnico saber das suas principais necessidades e dando-lhes resposta adequada.

## **4. Análise**

Nesta instância deste trabalho será apresentado o estudo empírico realizado em Lares de Infância e Juventude do conselho de Braga, sendo que, para tal, serão explicitados o objeto de estudo que orientou toda esta pesquisa, os objetivos gerais e específicos que se definiram numa fase anterior à recolha de dados, a metodologia utilizada, a amostra selecionada e os critérios que orientaram esta mesma seleção, o instrumento aplicado e os resultados obtidos.

Para melhor compreendermos os resultados, dar-se-á também espaço para a sua discussão e interpretação dos mesmos, bem como serão expostas as principais conclusões que foi possível alcançar, não deixando, no entanto, de referir as limitações que foram surgindo ao longo da realização deste estudo.

Perspetivando um âmbito mais abrangente no que se refere ao contributo desta investigação para a construção de conhecimento nesta temática, serão também abordadas as possibilidades de continuidade de investigação que poderão, no futuro desenvolver e aprofundar os conteúdos disponíveis para a prática da profissão do AS na vida, e mais especificamente no projeto de vida de uma criança ou jovem institucionalizado.

## **4.1. Objeto de estudo**

O objeto central deste estudo encontra-se no conhecimento da prática profissional do Assistente Social em contexto de Lar de Infância e Juventude.

## **4.2. Objetivos**

### **4.2.1. Objetivo Geral**

Foi definido como principal objetivo identificar, na prática dos assistentes sociais, os fatores que podem contribuir para construir contextos de socialização primários favoráveis em contexto de lares de infância e juventude.

### **4.2.2. Objetivos Específicos**

Para que o alcance do objetivo geral seja bem-sucedido é necessário que se tenham em conta as principais diretrizes a cumprir de forma proveitosa e correta. Deste modo, como objetivos específicos deste estudo definem-se, essencialmente, três tópicos:

- Conhecer as representações dos assistentes sociais sobre a sua prática profissional em lares de infância e juventude no concelho de Braga e as práticas profissionais dos assistentes sociais no âmbito das equipas técnicas;

- Identificar as práticas institucionais para organizar os contextos de socialização primária;

- Identificar os fatores que favorecem ou dificultam a construção da relação entre as crianças e os assistentes sociais para que estes sejam uma figura de referência positiva no percurso de vida das crianças e jovens enquanto institucionalizados.

### 4.3. Metodologia

Segundo Granja (2008), “identificar os saberes de ação em contexto só poderia ser conseguido com uma aproximação a profissionais, naturalmente em processo mais avançado da sua construção, com legitimação para exercer a profissão”, pelo que “o saber agir em contexto de trabalho constitui-se então como objeto de investigação a desenvolver e centrou-se na atividade dos profissionais complementada pelos seus discursos” (p. 33).

A metodologia pode ser definida, em sentido lato, como “um conjunto de diretrizes que orientam a investigação científica” (Herman, 1983, p. 5).

De acordo com Martins, (2004), “diante da diversidade de perspetivas, o “fazer ciência” não segue um único modelo ou padrão de trabalho científico” (p. 292).

Tendo em conta que o objeto de estudo das ciências sociais se apresenta associado ao ser humano e por isso “tão sujeito a modificações, complexo e que, principalmente, reage a qualquer tentativa de caracterização e previsão”, a metodologia qualitativa permite “de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, (...) realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade” (Martins, 2004, p. 292).

No presente trabalho foi privilegiada a metodologia qualitativa de investigação, permitindo o recurso a um tratamento descritivo e interpretativo dos dados, a partir de

acontecimentos, verbalizações, percepções, opiniões, discursos, gestos, experiências, práticas, entre outros.

A metodologia qualitativa sustenta-se no facto de esta considerar os resultados finais como uma parte importante, mas que devem ser completados com a análise e crítica de todo o processo a partir do qual se extraíram essas conclusões.

Para isso, o investigador deve integrar-se na dinâmica do terreno e assistir ao que nele se desenvolve, para que conheça as opiniões e realize observações durante todo o processo de investigação.

Pretendeu-se assim a interação com os informantes de forma natural, procurando-se criar uma identificação com os mesmos, para que se compreendesse melhor os seus pontos de vista.

Para isso, foram postas de lado as crenças, perspetivas, preconceitos e predisposições.

#### **4.3.1. Caracterização da Amostra**

Para recolha dos dados, foram seleccionados os LIJ integrantes no conselho de Braga, sendo participantes os Assistentes Sociais que desempenham tarefas em cada lar.

Assim, tal como se poderá verificar na exposição dos resultados que se apresenta numa fase sequente deste trabalho, a maioria dos participantes são mulheres, formadas em Serviço Social, que desempenham essa profissão nos LIJ seleccionados.

São profissionais com alguns anos de experiência nesta função, sendo que a sua permanência profissional nos respetivos LIJ não se revelou recente.

A média de antiguidade destes técnicos nos diferentes LIJ é de 6,2 anos, o que nos indica o seu conhecimento significativo, não só da profissão em si, mas do contexto institucional em que estão atualmente a desempenhar funções.

Neste sentido, serão expostos alguns dados complementares aos que aqui se indicam, ao longo da apresentação dos resultados realizada numa fase posterior deste trabalho.

#### **4.3.2. Procedimento**

Ao longo de todo este trabalho foi verificado que uma investigação social não é de modo nenhum uma sucessão de métodos e técnicas, que basta aplicar para haver resultados.

Para a realização deste trabalho de investigação, foi necessário recorrer à ajuda daqueles que já fizeram estudos mais aprofundados acerca da presente temática. Por isso, antes de iniciar este trabalho houve o cuidado de recorrer à técnica de análise documental.

Posteriormente foi realizado o contacto, através do envio de carta, com as Instituições do Concelho de Braga, formalizando o pedido de entrevistas dos Assistentes Sociais, tendo a respetiva resposta sido remetida por e-mail.

Mediante esta resposta, foi realizado um contacto telefónico para agendamento das referidas entrevistas, tendo os Assistentes Sociais sido informados acerca dos

conteúdos gerais da pesquisa e das circunstâncias de tempo e de espaço necessárias para a realização das mesas.

Aquando do contacto direto com os Assistentes Sociais na Instituição para aplicação do Guião de Entrevista prestou-se informação acerca dos trâmites éticos de sigilo e confidencialidade a seguir no tratamento da informação recolhida.

Esta aplicação do Instrumento de recolha de dados foi realizada entre os meses de Maio e Junho de 2013, sendo que o método recolha de informação utilizado foi a gravação áudio, devidamente informada e consentida, quer pelos técnicos entrevistados, quer pelas Instituições contactadas.

#### **4.3.3. Instrumento**

Para recolher opiniões ou perceções dos Assistentes Sociais, optou-se pelo recurso à entrevista semi-directiva ou semi-estruturada.

A entrevista caracteriza-se “por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores (...) durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiencias, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o seu interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade” (Quivy, Campenhoudt, 1998, p. 193).

A entrevista apresenta inúmeras vantagens, mesmo em relação ao questionário, visto que possibilita a obtenção de uma informação mais rica, dados de natureza

complexa e afetiva, assim como outras informações sobre comportamentos, opiniões, e não exigindo um informante alfabetizado. Permite também verificar as reações da pessoa e permite ainda, o esclarecimento de eventuais dúvidas.

Ainda relativamente à entrevista, importa mencionar que a entrevista semi-directiva, que permite flexibilidade, uma vez que não é totalmente aberta, nem é encaminhada por um número preciso de perguntas. Neste tipo de entrevista, “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado, mas não colocará necessariamente todas as perguntas na ordem em que as anotou e sob a formulação prevista” (*Idem*: 194).

Ao utilizar a entrevista, consegue-se recolher elementos de análise revestidos de um maior grau de profundidade, bem como “recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os seus próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais”, o que se revelou de extrema importância na recolha de testemunhos sobre os familiares (Quivy, Campenhoudt, *op. cit.*: 195).

Importa ainda referir que o registo a adotar foi a gravação das entrevistas, com o consentimento dos entrevistados.

Em última instância, proceder-se-á à análise de conteúdo, que “...consiste genericamente numa técnica de investigação através da qual se viabiliza, de modo sistemático, a descrição do conteúdo da comunicação”, apresentando-se neste caso sob forma escrita (Pardal, 1995, p. 72).

Com a análise de conteúdo é possível inventariar-se os temas e as ideias mais relevantes, assim como à categorização das informações recolhidas, com o objetivo de

delimitar cuidadosamente a informação mais relevante para o presente trabalho, assim como a informação que mais importância detinha, com o fim último de uma interpretação mais clara.

#### **4.3.3.1. Guião de Entrevista – Assistentes Sociais que trabalham em lares de infância e juventude no concelho de Braga**

O instrumento utilizado para a recolha de dados desta investigação foi, devido à inexistência de outros instrumentos que permitissem a avaliação deste conceito, concebido e construído de raiz, tendo por isso passado por um conjunto de etapas de desenvolvimento, teste e validação, para que pudesse ser, posteriormente aplicado junto dos Assistentes sociais dos Lares de Infância e Juventude.

A entrevista construída integra um conjunto de 5 dimensões, a saber:

- 1- Identificação do Técnico de Assistência Social;
- 2- A Caracterização da Instituição;
- 3- A Caracterização da Equipa (Técnica e/ou Educativa);
- 4- As funções do Assistente Social;
- 5- O Papel do Assistente Social no Lar de Infância e Juventude;

Ao contemplar estas dimensões pretende-se encontrar associações entre si, bem como entre os diferentes técnicos entrevistados e as diversas instituições que foram incluídas neste estudo.

Assim, apresentam-se de seguida as questões colocadas aos Assistentes Sociais que, gentilmente aceitaram participar nesta investigação.

#### **4.4. Resultados**

A aplicação do guião de entrevista anteriormente apresentado permitiu a recolha de um conjunto de dados de grande relevância para a realização bem-sucedida deste estudo. Deste modo, esta instância deste trabalho será inteiramente dedicada à exposição dos resultados obtidos a partir da aplicação das entrevistas, junto dos Assistentes Sociais no Lares de Infância e Juventude.

Para tal, serão descritas as respostas dos Assistentes Sociais, identificando-os apenas pelos números 1, 2, 3, 4 e 5.

Os resultados serão assim expostos quer de forma descritiva geral, procurando bases comuns de resposta entre os diferentes participantes, quer através de gráficos e/ou tabelas, que possam simplificar e facilitar a sua exposição e, conseqüentemente a sua compreensão.

A ordem de apresentação de resultados seguirá, deste modo, a numeração das questões colocadas aquando da realização da entrevista.

Assim, no que se refere ao grupo de questões relativas à identificação do técnico, foi possível aferir que existem diferenças de género, idade, funções e tempo de trabalho na instituição, tal como é apresentado, de seguida, no quadro 1.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO:**

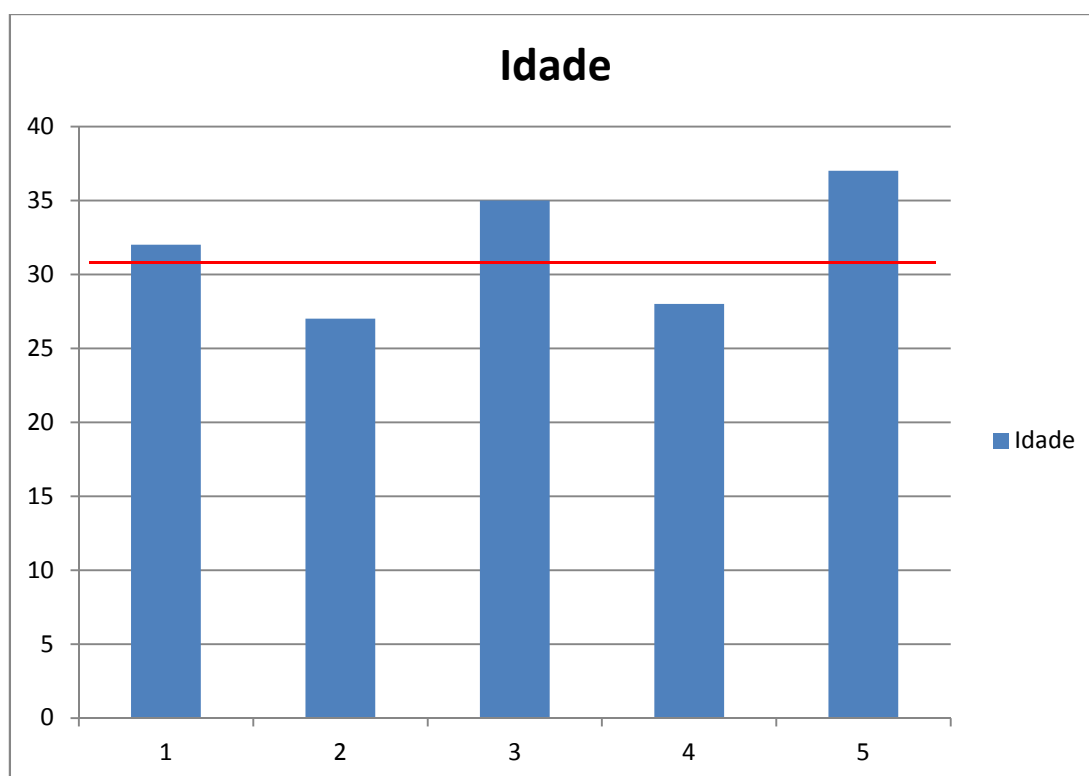
| <b>IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO</b> |             |              |                          |  |                       |                |                                |
|---------------------------------|-------------|--------------|--------------------------|--|-----------------------|----------------|--------------------------------|
| <b>AS</b>                       | <b>Sexo</b> | <b>Idade</b> | <b>Função</b>            | <b>Experiência na área</b>                     | <b>Tempo na Inst.</b> | <b>Tarefas</b> | <b>Nº H. Trabalho</b>          |
| <b>1</b>                        | M           | 32           | Ass. Social              | Lar Infância e Juventude e Lic. Serviço Social | 10 anos               | AS e Educador  | Tempo inteiro/horário completo |
| <b>2</b>                        | F           | 27           | Tec. Sup. Serviço Social | Lar Infância e Juventude                       | 4 anos                | AS no LIJ      | Tempo inteiro/horário completo |
| <b>3</b>                        | F           | 35           | Tec. Sup. Serviço Social | Segurança Social e Lar Infância e Juventude    | 4 anos                | AS no LIJ      | Tempo inteiro/horário completo |
| <b>4</b>                        | F           | 28           | Tec. Sup. Serviço Social | Lar Infância e Juventude                       | 5 anos                | AS no LIJ      | Tempo inteiro/horário completo |
| <b>5</b>                        | F           | 37           | Tec. Sup. Serviço Social | Lar Infância e Juventude                       | 8 anos                | AS no LIJ      | Tempo inteiro/horário completo |

**Quadro 1** - Resultados relativos à Identificação dos Técnicos entrevistados nos LIJ

Tal como podemos verificar no quadro 1 acima exposto, a maioria dos técnicos entrevistados são do sexo feminino. A idade dos participantes varia entre os 27 e os 37 anos, sendo a média de 31,8 anos, tal como é apresentado no gráfico 1.

Neste sentido, neste gráfico é possível verificar que as idades dos participantes no estudo estão representadas nas colunas e a linha que a estas se apresenta transversal representa a média de idades.

Relativamente à designação atribuída por cada um ds técnicos para a classificação da sua função, denota-se que a maioria utiliza a designação “Técnico Superior de Serviço Social”.



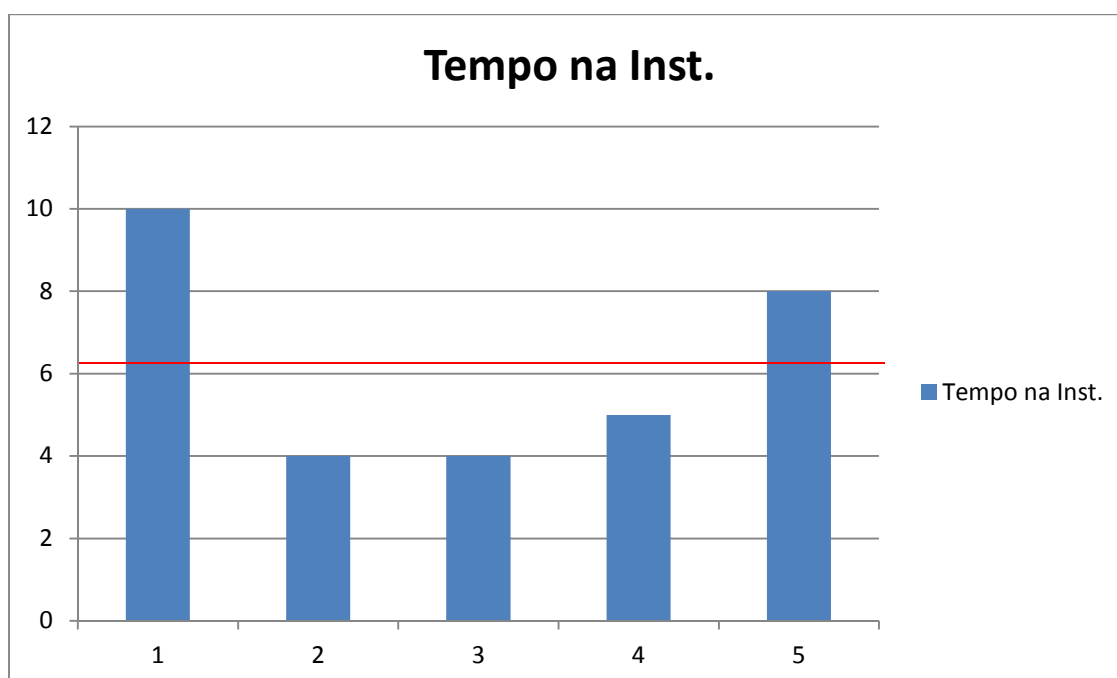
**Gráfico 1 - Idades dos Técnicos e respetiva média**

No que se refere à função dos participantes, todos assumem ter funções de Assistência Social no LIJ, característica esta que integrou o processo de seleção dos participantes, aquando do desenvolvimento do projeto deste estudo.

Relativamente à experiência dos técnicos na área social, estes revelam ter, na sua maioria, experiência em Lares de Infância e Juventude, sendo que um dos participantes

(AS 3) revelou ter trabalhado também na Segurança Social, nomeadamente no atendimento direto a famílias, em vários domínios de intervenção.

Quando questionados acerca do tempo de trabalho que têm no LIJ, os participantes revelaram estar ao serviço das respetivas instituições num mínimo de 4 e um máximo de 10 anos, tal como se verifica, quer no quadro 1, quer no gráfico 2, onde está especificamente revelada a média de tempo de trabalho desta amostra: 6,2 anos.



**Gráfico 2** - Tempo (em anos) de trabalho dos Técnicos participantes no estudo, na respetiva Instituição

Relativamente às funções/tarefas que cada técnico desempenha na instituição, é possível verificar que todos os técnicos se assumem como Assistentes Sociais da instituição onde trabalham, sendo que, a esta resposta, o AS número 1 acrescentou a referência ao desempenho simultâneo de funções de Educador.

Finalmente, na última questão deste primeiro grupo, todos os participantes revelaram trabalhar a tempo inteiro na instituição, tal como é exposto do quadro 6.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

| CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO |                            |   |                            |                   |  |               |  |  |
|-------------------------------|----------------------------|---|----------------------------|-------------------|--|---------------|--|--|
| AS                            | 2.1.1. Tipo de Instituição | 2.1.2. Elementos Históricos   | 2.1.3. N° crianças acolhem | 2.1.4. N° vagas   | 2.1.5. Idade   | 2.1-6. Género | 2.1.7. Afetação dos casos aos técnicos                                       | 2.1.8. Período médio institucionalização |
| 1                             | IPSS cariz religioso       | 125 anos  | 45                         | 45                | Entre os 9 e os 22 anos                                      | Masculino     | O técnico é escolhido em função do caso;                                     | Entre 4 e 5 anos                         |
| 2                             | IPSS                       | Longa prática de apoio social, intervindo de acordo com as necessidades da comunidade | 62                         | CAT-20;<br>LIJ-65 | CAT - entre os 0 e os 3 anos;<br>LIJ-entre os 3 e os 21 anos | Masc. & Fem.  | Atribui-se a cada caso: 1 Assistente Social, 1 Psicólogo e 1 Educador Social | Entre 10 e 15 anos                       |
| 3                             | IPSS                       | 50 anos;  | 62                         | CAT-20;<br>LIJ-65 | CAT - entre os 0 e os 3 anos;<br>LIJ-entre os 3 e os 21 anos | Masc. & Fem.  | Atribui-se a cada caso: 1 Assistente Social, 1 Psicólogo e 1 Educador Social | "depende dos casos"                      |
| 4                             | IPSS cariz religioso       | 140 anos  | 25                         | 30                | entre os 14 e os 20 anos                                     | Feminino      | Directora técnica afecta os casos aos diferentes técnicos                    | Entre 1 e 1,5 anos                       |

|   |      |   |    |    |                               |          |   |        |
|---|------|---|----|----|-------------------------------|----------|---|--------|
| 5 | IPSS | Nasceu a 27<br>Março de 1939<br>(74 anos) | 25 | 30 | Entre os<br>3 e os 21<br>anos | Feminino | É atribuído um<br>gestor de caso a<br>cada<br>criança/jovem | 10 ano |
|---|------|---|----|----|-------------------------------|----------|---|--------|

**Quadro 2** - Resultados das respostas 2.1.1 a 2.1.8. do grupo de questões nº 2.1 do Guião de Entrevista aplicado.

Este segundo grupo de questões está destinado à caracterização da Instituição, procurando conhecer, através do AS, as suas principais diretrizes de funcionamento, condições físicas, principais procedimentos e constituição das equipas, bem como a perspetiva que o AS tem dessas mesmas características.

No quadro 2 é possível encontrar o resumo dos dados recolhidos para o conjunto de questões compreendidas no intervalo entre as questões 2.1.1. e 2.1.8., integrado no grupo de questões 2.1.

Estes resultados permitem verificar que as instituições onde trabalham os Assistentes Sociais entrevistados possuem já uma longa marcada história, sendo que a sua origem ou criação remonta aos séculos XIX e XX.

Todas possuem especial interesse pela intervenção junto de crianças e jovens carenciados, mas a sua atuação passa também por outras áreas, como os lares de idosos, centros de dia, jardins-de-infância, entre outros.

No que se refere ao número de crianças que cada instituição acolhe, é possível verificar no quadro 2 que este é bastante variável (entre 25 e 62 crianças/jovens).

Contudo, quando analisamos esta variável em conjunto com o número de vagas, é possível perceber que os números são muito próximos entre si.

Numa abordagem ainda mais pormenorizada conseguimos verificar que as instituições não possuem grande margem de manobra para gerir o número de crianças institucionalizadas, ou seja, uma delas está com o número máximo de vagas atingido e as restantes possuem o número de vagas quase totalmente preenchido.

Relativamente ao intervalo de idades das crianças/jovens que as diferentes instituições acolhem, verifica-se que os Centros Acolhimento Temporários são as que acolhem crianças mais pequenas, estando o intervalo de idades compreendido entre os 0 e os 3 anos.

As restantes instituições e os LIJ mencionados acolhem, tal como se verifica no quadro 2, crianças com idades compreendidas numa variedade de intervalos, sendo que a idade mínima e máxima se situam entre os 3 e os 22 anos, sendo este um intervalo que, não só integra as diferentes fases de desenvolvimento infantil e adolescente como estão ainda presentes no início da idade adulta dos jovens.

No que se refere ao género das crianças e jovens que as instituições acolhem, também nesta variável se encontram variações entre as instituições, pelo que esta amostra engloba tanto o género exclusivamente masculino, como exclusivamente feminino ou misto.

Relativamente ao processo de afetação dos casos aos diferentes técnicos, o quadro 2 demonstra também que existem variações entre as diferentes instituições, pelo que encontramos quer métodos mais normativos, atribuindo uma equipa multidisciplinar a cada caso, quer métodos mais específicos, considerando as

particularidades apresentadas por cada criança ou jovem que chega ao LIJ. O método mais relacionado com a estrutura hierárquica da instituição é também apresentado nestes resultados, dependendo a afetação dos casos das decisões do seu diretor.

Como última dimensão abordada no quadro 2 encontramos o tempo médio de institucionalização das crianças/jovens, sendo que se verifica também nesta variável que os resultados não são homogêneos. Se numa instituição as crianças/jovens permanecem entre 1 e 1,5 anos, numa outra esta permanência pode chegar aos 15 anos. Não encontramos por isso um padrão nos resultados obtidos para esta dimensão.

### **2.1.9. Redes de Suporte e Mediação**

Para recolha de dados relativos à caracterização das redes de suporte que as instituições possuem foi utilizada no guião, tal como anteriormente exposto, uma tabela de registo, mencionando as diferentes entidades (CPCJ, Tribunais, EMAT's, Famílias, Escola, Centros de Saúde, Hospitais ou Outras), caracterizando o seu contacto em função da frequência e do tipo.

Assim, foi colocada a questão “Como se estabelecem as relações com:”, sendo que as diferentes respostas para cada entidade se expõem de seguida.

#### **CPCJ**

Uma instituição refere que o contacto é semestral e através de carta, telefone e visitas ocasionais, três instituições possuem variação da frequência de contacto consoante o processo individual, sendo o contacto realizado através de e-mail, telefone

ou reuniões e uma instituição não possui frequência de contacto definida, procurando manter a proximidade no acompanhamento dos casos, sendo o contacto realizado através de e-mail, telefone ou reuniões;

### **TRIBUNAIS**

Uma instituição refere que a frequência de contacto é semestral e este é realizado através de carta, três instituições frequência de contacto varia consoante o processo individual, sendo o contacto realizado através de carta, fax e ofício e uma instituição refere que a frequência de contacto não está definida, procurando manter a proximidade no acompanhamento dos casos, sendo o contacto realizado através de carta, fax ou ofício.

### **EMAT's**

A instituição 1 possui frequência de contacto semestral através de carta ou telefone, as instituições 2 e 3 expressam variação na frequência de contacto varia consoante o processo individual, sendo o contacto realizado através de e-mail, telefone ou reuniões. A instituição 4 não possui frequência de contacto não definida, procurando manter a proximidade no acompanhamento dos casos, sendo o contacto realizado através de e-mail, telefone ou reuniões. Finalmente, a instituição 5 refere que frequência e tipo de contacto realizados consoante o processo individual, havendo processos que exigem maior acompanhamento, sendo que se utiliza e-mail, telefone ou reuniões.

## **FAMÍLIAS**

A frequência de contacto semanal através de contacto pessoal ou telefónico apenas foi referida por uma instituição, sendo que duas instituições referem frequência de contacto consoante o processo individual, sendo este realizado através de visitas (em parcerias com outras entidades), por telefone ou através de atendimentos. No que refere à instituição 4, a frequência de contacto define-se pela sua fundamentação, ou seja, este é feito contacto com as famílias sempre que se justifique, através de atendimentos, visitas domiciliárias ou via contacto telefónico, e a instituição 5 refere frequência e tipo de contacto realizados consoante o processo individual, havendo processos que exigem maior acompanhamento, sendo que se realizam contactos através de visitas (em parceria com outras entidades), telefone e atendimentos.

## **ESCOLA**

Uma instituição faz referência à frequência de contacto quinzenal através de contacto presencial, sendo que três instituições possuem variações na frequência de contacto, sendo este realizado consoante o processo individual e através do telefone ou reuniões. Apenas uma instituição refere frequência de contacto semanal, sendo este realizado pessoalmente.

### **CENTROS DE SAÚDE**

Todas as instituições realizam o contacto de forma presencial, sendo que a sua frequência se define pela sua fundamentação, ou seja, este é feito sempre que se justifique.

### **HOSPITAIS**

Todas as instituições referem que frequência e tipo de contacto são realizados consoante o processo individual, havendo processos que exigem maior acompanhamento, sendo que se utiliza o telefone para contacto.

### **OUTROS**

As Instituições 1, 2 e referiram ainda o contacto com clínicas de saúde, sempre que necessário, maioritariamente realizado através de contacto telefónico.

Estes resultados permitem-nos verificar que, apesar de existirem algumas variações entre as diferentes instituições, existe homogeneidade no que se refere à frequência de contacto das instituições com as diferentes entidades integrantes das suas redes de suporte e medição, bem como no tipo de contacto que é estabelecido em cada uma delas.

### 2.1.10. Espaço físico geral:

As respostas dos técnicos participantes às questões do ponto 2.1.10. foram agrupadas no quadro 3, tal como se pode verificar de seguida.

| Espaço físico geral |                          |                   |  |                                    |
|---------------------|--------------------------|-------------------|--|------------------------------------|
| AS                  | a) Meio Rural ou Urbano? | b) Ano Construção | c) Foi construído de raiz ou já existia? | d) Localização do LIJ no edifício? |
| 1                   | Urbano                   | 1950              | Raiz                                     | Apenas LIJ                         |
| 2                   | Rural                    | Década 50         | Raiz                                     | Sim                                |
| 3                   | Rural                    | Década 50         | Raiz                                     | Sim                                |
| 4                   | Urbano                   | Há 140anos        | Raiz                                     | Sim                                |
| 5                   | Urbano                   | 1939              | Raiz                                     | Sim                                |

**Quadro 3** - Resultados das respostas às alíneas a), b), c) e d) do grupo de questões nº 2.1.10 do Guião de Entrevista aplicado.

Tal como podemos verificar no quadro 3, metade das Instituições que constituem esta amostra estão localizadas no meio urbano e metade está situada no meio rural, o que denota uma tendência para a distribuição equitativa da presença dos Lares de Infância e Juventude, em termos geográficos.

No que se refere à alínea b), podemos constatar que a maioria dos LIJ foi constituída ao longo da década de 50 do século XX, sendo que uma instituição foi construída ainda no século XIX. Todos os edificios foram construídos com o propósito

de exercer a função de Lar de Infância e Juventude, sendo por isso associada a resposta à última questão deste grupo, a qual revela que todos os LIJ estão integrados nos edifícios em referência.

#### 2.1.11. Envolvência:

Os resultados para esta questão foram, também eles, estruturados num quadro, para que melhor pudessem ser apresentados, compreendidos, analisados e interpretados. Neste sentido, apresentam-se abaixo as respostas dos técnicos de Serviço Social, referentes à caracterização das mediações do lar de infância e juventude.

|             | AS                   | 1   | 2   | 3   | 4   | 5   |
|-------------|----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|
| Envolvência | Escolas              | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
|             | Centro de Saúde      | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
|             | Hospitais            | Sim | Não | Não | Sim | Sim |
|             | GNR                  | Sim | Sim | Sim | Não | Sim |
|             | PSP                  | Sim | Não | Não | Sim | Sim |
|             | Vizinhança           | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
|             | Transportes públicos | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |

**Quadro 4** – Resultados relativo à existência de diferentes elementos, nas mediações do Lar de Infância e Juventude

De acordo com os resultados apresentados no quadro 4 podemos verificar que todas Instituições possuem escolas nas suas mediações. O mesmo acontece com os centros de saúde, a vizinhança e os transportes públicos. No entanto, no que se refere aos hospitais, apenas duas Instituições estão perto de entidades deste tipo, tal como da PSP.

Se cruzarmos esta variável com o elemento “meio rural ou urbano” do ponto 2.1.10., percebemos que as Instituições situadas no meio rural são aquelas que menos elementos possuem nas suas imediações.

#### 2.1.12. Níveis de conforto

Os resultados para esta dimensão estão esquematizados nos quadros apresentados de seguida.

a) Estado de conservação:

|           | <b>Estado de conservação</b> |                 |
|-----------|------------------------------|-----------------|
| <b>AS</b> | <b>Exterior</b>              | <b>Interior</b> |
| <b>1</b>  | Bom                          | Bom             |
| <b>2</b>  | Bom                          | Bom             |
| <b>3</b>  | Bom                          | Bom             |
| <b>4</b>  | Razoável                     | Bom             |
| <b>5</b>  | Bom                          | Bom             |

**Quadro 5** - Resultados referentes ao Estado de Conservação do meio exterior e interior de cada uma das Instituições integrantes deste estudo.

Os resultados apresentados no quadro 5 não apresentam variações significativas, sendo que todos os técnicos entrevistados consideram boas as condições interiores da Instituição onde trabalham.

O mesmo acontece no que se refere ao meio exterior, com exceção do AS 4, que considera razoáveis as condições exteriores da Instituição.

b) A instituição está equipada com:

|                     | AS   | 1   | 2   | 3   | 4   | 5   |
|---------------------|--|-----|-----|-----|-----|-----|
| <b>Equipamentos</b> | <b>Aquecimento</b>   | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
|                     | <b>Zonas verdes devidamente cuidadas para as crianças/jovens brincarem</b> | Sim | Não | Não | Sim | Não |
|                     | <b>Parque infantil</b>   | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
|                     | <b>Mobiliário adequado para as diferentes idades</b>                       | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
|                     | <b>Decoração adequada para as diferentes idades</b>                        | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |

|  |   |   |  |  |                                    |  |
|--|---|---|--|--|------------------------------------|--|
|  | <b>Sala de estudo devidamente equipada</b>          | Sim   | Sim  | Sim  | Sim                                | Sim  |
|  | <b>Sala de televisão ou outras salas de recreio</b> | Sim   | Sim  | Sim  | Sim                                | Sim  |
|  | <b>Outras:</b>                                      | Sim – sala de música, salão de festas, salão de jogos, salão nobre, farmácia, capela, 2 campos de futebol, parque de estacionamento público pago (fonte de rendimento). | Sim – gabinetes técnicos; lavandaria; biblioteca; sala de visitas; refeitório. | Sim – gabinetes técnicos; lavandaria; biblioteca; sala de visitas; refeitório. | Sim – biblioteca; sala de visitas. | Sim – refeitório; pavilhão gimnodesportivo; sala de visitas; sala de convívio; sala de estudo; biblioteca; gabinete técnico. |

**Quadro 6** – Resultados referentes aos equipamentos disponíveis em cada Instituição

Tal como podemos verificar, o quadro 6 apresenta um conjunto de resultados significativos, no que concerne aos equipamentos que cada instituição disponibiliza aos seus utentes e técnicos.

Com exceção dos espaços verdes, todas as instituições possuem todos os equipamentos mencionados no quadro 6, sendo que todas acrescentam também um conjunto de outros

equipamentos não contemplados no guião de entrevista como a biblioteca, a sala de visitas, entre outros.

### 2.1.13. Composição do Lar de Infância e Juventude

Os dados recolhidos nesta dimensão são apresentados de seguida, estando estruturados no quadro 7, tal como se poderá verificar.

| <b>COMPOSIÇÃO DO LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE</b> |                                  |                             |                              |  |
|--|----------------------------------|-----------------------------|------------------------------|--|
| <b>AS</b>  | <b>a) N° quartos individuais</b> | <b>b) N° quartos duplos</b> | <b>c) N° quartos triplos</b> | <b>d) Critérios distribuição crianças/jovens pelos quartos</b> |
| <b>1</b>   | 1                                | 0                           | 15                           | Idade, comportamento, sensibilidade da criança/jovem, etc.     |
| <b>2</b>   | 5                                | 2                           | 20                           | Idade e género.  |
| <b>3</b>   | 5                                | 2                           | 20                           | Idade, género, problemas de saúde; preferências jovens.        |
| <b>4</b>   | 0                                | 10                          | 3                            | Gostos, características e idade                                |
| <b>5</b>   | 5                                | 10                          | 0                            | Idade  |

**Quadro 7** - Resultados obtidos na dimensão de Composição do Lar de Infância e Juventude, através da contabilização do número e tipo de quartos, bem como dos critérios de distribuição das crianças pelos diferentes aposentos.

O quadro 7 revela que existe uma grande variação entre as instituições, tanto no número como no tipo de quartos que disponibilizam às suas crianças e jovens.

Contudo, é possível verificar que, na maioria das Instituições, o número de quartos triplos é o mais elevado, o que sugere que existe tendência para promover a divisão destes espaços por parte das crianças e jovens.

No que se refere ao critério de distribuição das crianças e jovens pelos diferentes aposentos, estes já não se apresentam tão diversificados, sendo que é comum ter em conta a idade e o género das crianças e jovens.

#### 2.1.14. Recursos

Para organização e estruturação dos resultados relativos aos recursos disponíveis em cada Instituição, construímos também um quadro que possibilita a sua compreensão e análise. Assim, apresenta-se de seguida o quadro 8, contendo os resultados referidos.

| <b>Recursos</b> |                             |                           |                               |                                |                                |
|-----------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| <b>AS</b>       | <b>a) Acesso computador</b> | <b>b) Acesso Internet</b> | <b>c) Acesso a brinquedos</b> | <b>d) Sala Refeições Comum</b> | <b>e) Transportes próprios</b> |
| <b>1</b>        | Sim                         | Sim, mas com              | Sim                           | Sim                            | Sim                            |

|   |  | supervisão |                                   |                                     |     |
|---|--|------------|-----------------------------------|-------------------------------------|-----|
| 2 | Sim-sala de computadores com portáteis | Sim        | Sim- nos quartos e salas de estar | Sim, exceto o CAT                   | Sim |
| 3 | Sim-sala de computadores com portáteis | Sim        | Sim- nos quartos e salas de estar | Sim, exceto o CAT e o Lar de Idosos | Sim |
| 4 | Sim                                    | Sim        | Sim                               | Comum mas dividida                  | Sim |
| 5 | Sim                                    | Sim        | Sim                               | Sim                                 | Sim |

**Quadro 8** - Resultados obtidos na dimensão de Recursos disponibilizados por cada Instituição.

Tal como se pode verificar no quadro 8, todas as instituições disponibilizam às suas crianças e aos seus jovens um conjunto significativo de recursos, sendo que nenhum técnico referiu a inexistência de nenhum dos recursos referidos no guião de entrevista.

Estes dados permitem assim afirmar que todas as Instituições em estudo apresentam condições semelhantes para os seus utentes ao nível do acesso a computadores, à internet, a brinquedos, a espaços de refeição comuns e a transportes próprios.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

Para resposta às questões “*Qual a formação do Diretor Técnico?*” e “*Formação da Equipa Técnica?*” foram obtidos os resultados que se apresentam no quadro 9.

| AS | Formação Diretor Técnico                             | Formação Equipa Técnica  |
|----|--|--|
| 1  | Lic. Teologia; Pós-graduação em Infância e Juventude | Lic. Psicologia; Lic. Animação Sociocultural; Lic. Educação Social; Lic. Serviço Social; Lic. Direito. |
| 2  | Lic. Educação  | 2 – Lic. Educação;<br>2 – Lic. Psicologia;<br>2 – Lic. Serviço Social;<br>1 – Educador Social.         |
| 3  | Lic. Educação  | 2 – Lic. Educação;<br>2 – Lic. Psicologia;<br>2 – Lic. Serviço Social;<br>1 – Educador Social.         |
| 4  | Lic. Psicologia                                      | 2 – Lic. Serviço Social;<br>1 – Educador Social.   |
| 5  | Lic. Serviço Social                                  | 1- Educação;<br>2- Psicólogos;<br>3- Assistentes Sociais;<br>4- Educador Social.                       |

**Quadro 9** - Resultados obtidos na dimensão de Formação do Diretor Técnico e da Equipa Técnica

Tal como podemos verificar, através dos dados apresentados no quadro anterior, os diferentes diretores técnicos das instituições em estudo apresentam formações ligadas às áreas educacional, social e comportamental e as equipas técnicas apresentam alguma

homogeneidade no que se refere à natureza formativa dos seus elementos, sendo que também estes são formados em áreas relacionadas com a sua atividade na instituição.

No que se refere à constituição da equipa (Educativa e/ou Técnica), é apresentado no quadro 10 o número de elementos e no quadro 11 as funções/responsabilidades que cada um destes possui em cada Instituição.

| AS                                  | Nº de elementos |                     |                      |   |                     |
|-------------------------------------|-----------------|---------------------|----------------------|---|---------------------|
|                                     | 1               | 2                   | 3                    | 4 | 5                   |
| <b>Assistente social</b>            | 1               | 2                   | 2                    | 1 | 1                   |
| <b>Psicólogo</b>                    | 2               | 3                   | 3                    | 1 | 2                   |
| <b>Técnico Superior de Educação</b> | 0               | 0                   | 0                    | 1 | 0                   |
| <b>Educador Social</b>              | 1               | 1                   | 1                    | 2 | 1                   |
| <b>Animador</b>                     | 1               | 0                   | 0                    | 0 | 0                   |
| <b>Equipa educativa</b>             | 6               | 6                   | 6                    | 4 | 4                   |
| <b>Outros</b>                       | 1 Jurista       | 1 Encarregado Geral | 1 Encarregado Geral; | 0 | 1 Encarregado Geral |

|  |  |  |               |  |  |
|--|--|--|---------------|--|--|
|  |  |  | 2 Cozinheiras |  |  |
|--|--|--|---------------|--|--|

**Quadro 10** - Constituição da equipa (Educativa e/ou Técnica) e número de elementos

Este quadro apresenta dados que nos permitem constatar a relativa homogeneidade presente entre todas as instituições, no que se refere à constituição da sua equipa, bem como ao número de elementos que cada uma possui para cada função.

No quadro 11, apresentado de seguida, estão expostos os resultados obtidos no que se refere às funções e/ou responsabilidades que cada profissional possui na Instituição.

|  |   | Assistente. Social | Psicóloga. | Téc. Sup. Educ. | Educa. Soc. | Anim. | Educ. | Equipa Educ. | Outros |
|--|---|--------------------|------------|-----------------|-------------|-------|-------|--------------|--------|
| Funções / Responsabilidades                    | Gestão e coordenação da equipa de gestores de caso                      | X                  |            |                 |             |       |       |              |        |
|  | Acompanhamento das crianças/jovens a consultas de especialidade         | X                  | X          | X               | X           |       |       |              |        |
|  | Acompanhamento escolar  | X                  | X          |                 | X           |       | X     | X            |        |
|  | Apoio na sala de estudo   | X                  | X          |                 | X           | X     | X     | X            |        |
|  | Coordenação da psicologia   |                    | X          |                 |             |       |       |              |        |
|  | Acompanhamento psicológico  |                    | X          |                 |             |       |       |              |        |
|  | Gestão da autonomia   |                    | X          |                 |             |       |       |              |        |
|  | Planificação das atividades   |                    |            |                 | X           |       |       |              |        |
|  | Promoção das atividades   |                    |            |                 | X           |       |       |              |        |
|  | Realização das atividades   |                    |            |                 | X           | X     | X     | X            |        |
|  | Avaliação das atividades  |                    |            |                 | X           |       |       |              |        |
|  | Acompanhamento das crianças/jovens                                      |                    |            |                 |             | X     |       | X            |        |
|  | Acompanhamento aos centros de saúde e hospitais                         | X                  |            |                 |             |       | X     | X            |        |
|  | Gestão quotidiana do Lar de Infância e Juventude                        |                    |            |                 |             |       |       | X            | X      |
|  | Responsável por todas as questões legais                                |                    |            |                 |             |       |       |              | X      |
|  | Apoio às famílias   | X                  |            |                 |             |       |       |              |        |
|  | Articulação interinstitucional;   | X                  | X          | X               |             |       |       |              |        |
|  | Observação e supervisão das visitas dos familiares às crianças e jovens | X                  | X          |                 |             |       |       |              |        |
|  | Direção técnica   | X                  |            |                 |             |       | X     |              | X      |
|  | Acompanhamento de processos em todos os níveis;                         | X                  | X          | X               |             |       |       |              |        |
| Articulação com as famílias;                   | X   | X                  | X          |                 |             |       |       |              |        |
| Elaboração de relatórios sociais;              | X   | X                  | X          |                 |             |       |       |              |        |
| Acompanhamento de todas as rotinas educativas; |   |                    |            | X               |             |       |       |              |        |

**Quadro 11 - Constituição da equipa (Educativa e/ou Técnica) e funções/responsabilidades**

Tal como é possível verificar, os resultados do quadro 11 denotam que existe uma distribuição clara das tarefas que cada elemento da equipa educativa executa, não deixando de existir, porém alguma sobreposição de tarefas relativamente a algumas funções. Em termos gerais, verifica-se que cada técnico possui um conjunto definido de responsabilidades inerente à sua formação e potencialidade de intervenção profissional na vida destes Lares de Infância e Juventude.

De forma mais específica conseguimos verificar e destacar que o assistente social tem como responsabilidades comuns a outros técnicos o acompanhamento das crianças/jovens a consultas de especialidade, o acompanhamento escolar, o apoio na sala de estudo, o acompanhamento aos centros de saúde e hospitais, a articulação interinstitucional, a observação e supervisão das visitas dos familiares às crianças e jovens, o acompanhamento de processos em todos os níveis, a articulação com as famílias e a elaboração de relatórios sociais. A gestão e coordenação da equipa de gestores de caso e o apoio às famílias constituem funções exclusivamente desempenhadas pelo AS.

#### 3.1.4. As equipas reúnem com que regularidade?

##### Instituição 1:

Reuniões semanais – os gestores de caso;

Reuniões quinzenais – a equipa técnica.

##### Instituição 2:

Reuniões quinzenais e sempre que necessário – a equipa técnica.

Instituição 3:

Reuniões semanais – a equipa técnica;

Reuniões quinzenais – a equipa técnica e a equipa educativa.

Instituição 4:

Reuniões semanais.

Instituição 5:

Reuniões quinzenais e sempre que necessário.

3.1.5. Como é debatido/discutido (Projetos de Vida, Gestão/Organização de Casos)?

Instituição 1:

- Reuniões Gestores de Caso: debate sobre os processos (constrangimentos vividos pelas crianças e jovens, potencialidades de desenvolvimento, apresentação de propostas, elaboração dos Planos Socio-educativos Individuais e discussão dos Projetos de vida);
- Reuniões Equipa Técnica e Educativa: validação e aprovação dos Planos Socio-educativos Individuais.

Instituição 2:

- Debate do feedback de atendimentos;
- Monitorização de visitas;
- Articulação com os gestores de caso.

Instituição 3:

- Debate do feedback de atendimentos;
- Monitorização de visitas;
- Articulação com os gestores de caso.

Instituição 4:

- Reuniões informais.

Instituição 5:

- Debate do feedback de atendimentos;
- Monitorização de visitas;
- Articulação com os gestores de caso.

Também nestes resultados relativos à frequência e conteúdos debatidos nas reuniões de equipas das diferentes instituições se encontra alguma homogeneidade, sendo que se apresentam variações inerentes às dinâmicas adotadas por cada Lar de Infância e Juventude.

3.1.6. Como e com quem é elaborado o projeto de vida destas crianças/jovens?

Instituição 1:

- Pretende-se projetar a vida destas crianças e jovens;
- Pode ser atingido daqui a 6 meses ou 6 anos;
- O Projeto de vida é encarado como um esqueleto, sendo que é depois a criança que nele coloca a carne;

- A criança ou jovem é ativo nesta construção.

Instituição 2:

- Elaborado pela equipa técnica em parceria com os jovens, famílias e entidades gestoras;
- O Projeto de vida é encarado como algo essencial para o trabalho de desinstitucionalização.

Instituição 3:

- Elaborado pela equipa técnica em articulação com os técnicos gestores do processo EMAT/CPCJ;

Instituição 4:

- Associado ao percurso que a criança ou jovem vai demonstrando ao longo do processo de acolhimento.

Instituição 5:

- Elaborado pela equipa técnica em parceria com os jovens, famílias e entidades gestoras.

3.1.7. Todas as crianças/jovens tem definido o Plano Sócio-Educativo Individual? Com que periodicidade são revistos?

Instituição 1 – Sim. Todas as crianças têm um PSEI definido. Este é elaborado anualmente, mas pode ser revisto sempre que se justifique.

Instituição 2 – Sim. A revisão é feita trimestralmente por cada técnico.

Instituição 3 – Sim. A revisão é feita trimestralmente por cada técnico.

Instituição 4 - Não.

Instituição 5 – Sim. A revisão é feita trimestralmente.

Tal como demonstram os resultados obtidos para esta questão da entrevista, das 5 instituições, apenas uma apresenta a inexistência de PSEI's para todas as crianças que acolhe. Por outro lado, os LIJ's que referem elaborar PSEI's realizam periodicamente uma revisão.

#### 4. FUNÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL

As respostas obtidas para a questão “*Quais as principais funções do Assistente Social no Lar de Infância e Juventude?*” encontram-se esquematizadas no quadro 12.

|   | No processo de admissão | Adaptação da criança/jovem na instituição | Atividades diárias da criança/jovem | Outros |
|---|-------------------------|---|-------------------------------------|--------|
| Trabalho em equipa; Multitarefa e polivalência.                   | 1                       | 1   | 1                                   |        |
| Receção da criança ou jovem;<br>Apresentação da instituição;      | 2                       |   |                                     |        |
| Apoio à integração e partilha dos primeiros momentos.             | 2                       |   |                                     |        |
| Receção da criança ou jovem;<br>Apresentação da instituição;      | 3                       |   |                                     |        |
| Apoio à integração e partilha dos primeiros momentos.             | 3                       |   |                                     |        |
| Receção da criança ou jovem;<br>Apresentação da instituição;      | 4                       |   |                                     |        |
| Apoio à integração e partilha dos primeiros momentos.             | 4                       |   |                                     |        |
| Trabalho em equipa; Multitarefa e polivalência.                   | 5                       | 5   | 5                                   |        |
| Apoio psicossocial para facilitar a integração de forma positiva. |                         | 2   |                                     |        |
| Apoio psicossocial para facilitar a integração de forma positiva. |                         | 3   |                                     |        |

|   |  |   |   |   |
|---|--|---|---|---|
| Acompanhamento social.  |  | 4 |   |   |
| Acompanhamento das rotinas diárias, nomeadamente no apoio ao estudo.<br>Observação de comportamentos e desenvolvimento de atividades.                 |  |   | 2 |   |
| Acompanhamento das rotinas diárias, nomeadamente no apoio ao estudo.<br>Observação de comportamentos e desenvolvimento de atividades.                 |  |   | 3 |   |
| Atividades em grupo;  |  |   | 4 |   |
| Monitorização das visitas dos familiares.   |  |   | 4 |   |
| Acompanhamento das famílias.<br>Realização das diligências necessárias para acompanhar a medida – atendimentos, articulações e visitas domiciliárias. |  |   |   | 2 |
| Acompanhamento das famílias.<br>Realização das diligências necessárias para acompanhar a medida – atendimentos, articulações e visitas domiciliárias. |  |   |   | 3 |

**Quadro 12 - Principais funções do Assistente Social no Lar de Infância e Juventude**

O quadro 12 apresenta assim um conjunto de resultados que, mais uma vez, salientam a homogeneidade que se vem verificando ao longo da apresentação das respostas dadas pelos Assistentes Sociais entrevistados.

No quadro que se segue encontramos os resultados para as questões seguintes da entrevista

|      |  |
|------|--|
| 4.2. | Acumula outro tipo de tarefas (diretor técnico, educador, gestor de caso)?             |
| 1    | A tempo inteiro como AS e a tempo parcial como Educador                                |
| 2    | Trabalho em equipa implica a realização de múltiplas tarefas; gestão da loja social    |
| 3    | Trabalho em equipa implica a realização de múltiplas tarefas; gestão da loja social    |
| 4    | Educador Social ao fim-de-semana   |
| 5    | Diretor Técnico  |
| 4.3. | Quantos processos, em média, cada assistente social tem a seu cargo?                   |
| 1    | 11 processos   |
| 2    | 15 a 20 processos  |
| 3    | 15 a 20 processos  |
| 4    | 10 processos   |
| 5    | 10 processos   |
| 4.4. | Que critérios são utilizados para a distribuição pelos técnicos?                       |
| 1    | Análise de cada caso pelo Diretor Técnico e posterior análise pelos gestores de caso;  |
| 2    | O número de processos que cada técnico tem a seu cargo                                 |
| 3    | Número de processos que cada técnico acompanha   |
| 4    |  |
| 5    | O número atual de processos a cargo de cada técnico                                    |
| 4.5. | Quem decide?   |
| 1    | A atribuição é feita em conjunto – entre o Diretor Técnico e a equipa de coordenadores |
| 2    | Decisão em equipa sob supervisão do Diretor Técnico                                    |
| 3    | O Diretor Técnico decide sob proposta da equipa técnica                                |

|   |  |
|---|--|
| 4 | Diretor Técnico                                      |
| 5 | Decidido em equipa sob supervisão do Diretor Técnico |

**Quadro 13** – Resultados obtidos através das respostas dos Assistentes Sociais entrevistados

No grupo de questões apresentado no quadro 13 podemos verificar que existem elementos de proximidade entre os diferentes técnicos entrevistados e as diferentes Instituições em estudo, sendo que se verifica que todos os técnicos acumulam funções, isto é, realizam tarefas que vão para além das competências específicas de um AS. Embora os motivos sejam distintos, também estes se verificam relativamente homogéneos: o desempenho de funções de educador fora do horário normal de trabalho, as responsabilidades institucionais e a diversidade de tarefas inerentes ao trabalho em equipa.

No que se refere às questões seguintes, verifica-se que são diminutas as diferenças encontradas nas respostas dadas pelos participantes, sendo que se apresentam de seguida os resultados obtidos para as questões seguintes do guião de entrevista.

## 5.PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Os quadros que serão de seguida apresentados sistematizam as respostas dadas pelos técnicos entrevistados ao último grupo de questões do guião de entrevista aplicado.

Assim, no quadro 14 encontramos os conteúdos de resposta relativos aos procedimentos utilizados pelo Assistente Social nas situações de acompanhamento diário das crianças/jovens, no acompanhamento escolar, no acompanhamento a cuidados médicos, bem como outros tipos de acompanhamentos relativos a diversas outras situações.

|  |   |
|--|---|
| 5.1.Descreva os procedimentos utilizados pelo Assistente Social nas seguintes situações: |   |
| 5.1.1.   | No acompanhamento diário de crianças/jovens;  |
| 1  | - acompanhamento diário das crianças/jovens;<br>- preocupação em saber como estão tanto a nível pessoal como escolar;<br>- preocupação em perceber como estão a perceber o seu processo de autonomização.   |
| 2  | Participação nas rotinas com intervenção direta nos mais variados momentos do dia.  |
| 3  | Participação nas rotinas diárias, apoio/acompanhamento nas refeições, acompanhamento no estudo e monitorização das visitas familiares.  |
| 4  | Não existem procedimentos utilizados pelo AS, pode participar em atividades coletivas. O AS faz gestão de gabinete, recebe e-mails, dá seguimento aos processos. Vê se está tudo em ordem, sistematizando toda a informação. Tem atendimentos regulares com os utentes, mediante marcação, planeia férias, fins-de-semana e faz a ponte com técnicos, tribunais e familiares. |
| 5  | - acompanhamento diário das crianças/jovens;<br>- preocupação em saber como estão tanto a nível pessoal como escolar;   |

|               |  |
|---------------|--|
|               | - preocupação em perceber como estão a perceber o seu processo de autonomização.   |
| <b>5.1.2.</b> | <b>No acompanhamento escolar</b>   |
| 1             | - reuniões com o diretor de turma para obter informações sobre o aluno e para ter um controlo de comportamentos.         |
| 2             | Dinamização da sala de estudo, fomentando hábitos e métodos de estudo.   |
| 3             | Acompanhamento ao estudo, trabalhos de casa, participação em reuniões escolares, matrícula.                              |
| 4             | Nada a referir.  |
| 5             | Dinamização da sala de estudo, fomentando hábitos e métodos de estudo.   |
| <b>5.1.3.</b> | <b>No acompanhamento a cuidados médicos</b>  |
| 1             | Acompanhamento das crianças/jovens com consultas de especialidade.   |
| 2             | Acompanhamento a consultas médicas e outros tratamentos; articulação com a área da saúde; gestão do plano de vacinação.  |
| 3             | Acompanhamento às consultas médias, sempre que possível, agendamento de consultas e tratamento considerados pertinentes. |
| 4             | Acompanhamento a consultas de especialidade.   |
| 5             | Acompanhamento a consultas médicas e outros tratamentos; articulação com a área da saúde; gestão do plano de vacinação.  |
| <b>5.1.4.</b> | <b>Outros</b>  |
| 1             | Visitas domiciliárias a casa dos progenitores.   |
| 2             | Outras funções de assessoria à direção técnica.  |
| 3             | Participação/dinamização de atividades   |
| 4             |  |
| 5             | Outras funções de assessoria à direção técnica.  |

**Quadro 14** - resposta relativos aos procedimentos utilizados pelo Assistente Social

| 5.2. Para si, qual a importância do Assistente Social na construção do Projeto de Vida das crianças/jovens? |  |
|---|--|
| 1   | Tal como os outros técnicos, é uma figura de referência: cria relação de confiança e cumplicidade. A proximidade entre todos diminui o risco de conflito.                          |
| 2   | Membro ativo da equipa que contribui com informações familiares pertinentes no sentido de definir potencialidades e fragilidades das retaguardas familiares.                       |
| 3   | Extrema importância, uma vez que este é detentor de informações pertinentes sobre a situação familiar da criança;  |
| 4   | Positivamente; as mais velhas recorrem sempre que desejam resolver alguma questão, principalmente no que se refere a questões relacionadas com a sua família, com férias e saídas. |
| 5   | Membro ativo da equipa que contribui com informações familiares pertinentes no sentido de definir potencialidades e fragilidades das retaguardas familiares.                       |

**Quadro 15 - A importância do Assistente Social na construção do Projeto de Vida das crianças/jovens**

| 5.3. Como é que as crianças e jovens encaram o papel do Assistente Social no LIJ? |   |
|---|---|
| 1   | Não têm perceção da figura do AS;<br>A relação com os técnicos é informal;<br>Sabem que os técnicos existem para os apoiar e, em conjunto com eles, construir um futuro melhor;<br>O papel do AS é fazer todos perceberem que a criança/jovem é o principal agente de mudança, pelo que ela deve dizer o que quer para si, o que requer a sensibilidade e disponibilidade para perceber o que faz cada criança feliz: uns precisam de muito e outros são felizes com menos. |
| 2   | Positivamente, procurado sempre que desejem falar sobre a sua estadia (entenda-se acolhimento) e acerca das famílias.   |
| 3   |   |
| 4   | Muito importante porque acrescenta uma visão diferenciada, tem uma ótica diferente dos outros técnicos, embora todos se completem.  |
| 5   | Positivamente, procurado sempre que desejem falar sobre a sua estadia (entenda-se acolhimento) e acerca das famílias.   |

**Quadro 16 – A perspectiva das crianças e jovens encaram o papel do Assistente Social no LIJ**

| 5.3.1. | 3.1.5. Quais são os novos problemas que estão a surgir?   |
|--------|---|
| 1      |   |
| 2      | As novas características ou os novos perfis de cada criança e jovem acolhido e as dependências.                     |
| 3      | Causas de acolhimento muito complicadas (violência, consumo, negligência), que fragilizam as crianças/jovens.       |
| 4      | Encaram bem, não há problemas. É intermediário da família e, por dar muitas vezes notícias menos boas, é mal visto. |
| 5      | As novas características ou os novos perfis de cada criança e jovem acolhido e as dependências.                     |

**Quadro 17** - os novos problemas que estão a surgir no LIJ

| 5.4. Quais os principais desafios que se colocam, atualmente, a um Assistente Social, num LIJ? |  |
|--|--|
| 1  |  |
| 2  | Proporcionar uma resposta simultaneamente especializada e global no sentido em que tem que saber interpretar e agir em função das necessidades atuais não só na área social. O AS é “chamado” a intervir em domínios mais diversos, tendo que assumir funções polivalentes.                        |
| 3  | Tem de ser polivalente no LIJ. Tem que deixar a secretária para dar colo e carinho ao seu público-alvo, tem que ser mãe/pai, muitas vezes, não deixando de dar uma resposta especializada, nem de acompanhar, de forma individualizada, cada criança.  |
| 4  | Afirmção e diferenciação dos outros técnicos. A formação inclui várias áreas que permitem ao AS ter um olhar muito completo, mais abrangente, mas acaba por não ser especialista em nada. Não temos ferramentas específicas de trabalho, como acontece, por exemplo, nas avaliações em Psicologia. |
| 5  | Proporcionar uma resposta simultaneamente especializada e global no sentido em que tem que saber interpretar e agir em função das necessidades atuais não só na área social. O AS é “chamado” a intervir em domínios mais diversos, tendo que assumir funções polivalentes                         |

**Quadro 18** - Os principais desafios que se colocam, atualmente, a um Assistente Social, num LIJ

| 5.5. Como vê o futuro do Assistente Social num LIJ? |   |
|---|---|
| 1   | Futuro promissor, mas existe alguma apreensão por parte de alguns AS's.<br>Alguns colegas não conseguem estabelecer uma relação de proximidade com as crianças/jovens nem se assumem como integrantes de uma equipa técnica.<br>A formação do AS permite-lhe agir de forma a integrar os diferentes horizontes de cada técnico da sua equipa, bem como de cada criança ou jovem, o que nem sempre acontece.<br>Temos que deixar de ter AS's de gabinete e passar a ter AS's de terreno. |
| 2   | Com mais e melhor preparação para acompanhar o seu público-alvo, nomeadamente se é na área da deficiência, da adolescência com comportamentos aditivos.   |
| 3   | O papel do AS é fundamental no LIJ. No entanto, é muitas vezes substituído por outros licenciados cuja formação é idêntica.   |
| 4   | Cada vez menos reconhecimento do AS, do seu papel, da sua figura. O técnico é cada vez mais multifacetado, o que não ajuda.   |
| 5   | Com mais e melhor preparação para acompanhar o seu público-alvo, nomeadamente se é na área da deficiência, da adolescência com comportamentos aditivos.   |

**Quadro 19** - O futuro do Assistente Social num LIJ

Os resultados apresentados nos quadros anteriores revelam a homogeneidade existente entre as perspetivas dos cinco participantes, sendo que se distingue um elemento, no que se refere à polivalência do AS. Para este participante o AS deve exercer apenas funções específicas da sua formação, acreditando que é esta especialidade que confere eficácia à sua intervenção.

Neste sentido, estes mesmos resultados permitem concretizar algumas considerações e reflexões conclusivas que serão apresentadas no tópico seguinte deste trabalho.

## **5. Discussão e Interpretação dos Resultados**

Após a explanação dos resultados obtidos através da aplicação do instrumento de recolha de dados construído para este efeito, considera-se relevante tecer algumas considerações acerca dos mesmos. Neste sentido, esta instância deste trabalho pretende essencialmente discutir, interpretar estes mesmos resultados, procurando respostas para as questões que motivaram esta investigação, nomeadamente a interrogação referente ao papel que o AS ocupa na construção do projeto de vida criança/jovem institucionalizado num LIJ.

Para tal será seguida a ordem de estruturação do guião de entrevista, o qual se inicia com a colocação de questões relativas à identificação do técnico. Embora se mantenha, por questões éticas o seu anonimato, os participantes que aceitaram ser entrevistados são, na sua maioria, mulheres com idades compreendidas entre os 27 e os 37 anos, sendo a média de idades de 31,8 anos.

Estas técnicas encontram-se assim numa fase já sénior da sua carreira, sendo também o seu percurso nas instituições em que se encontram atualmente significativo. A sua experiência na instituição em que foram entrevistadas varia entre os 4 e os 10 anos, o que nos permite considerar que possuem já um conhecimento aprofundado não só da sua profissão, mas também do contexto de trabalho em que estão atualmente inseridas.

A média de antiguidade destes técnicos em cada uma das instituições é 6,2 anos, dado este que reforça, assim, o elemento de antiguidade anteriormente referido e que, para este estudo, se apresenta significativo e indicador da experiência e envolvimento que estes possuem perante o seu posto de trabalho e as condições contextuais por ele apresentadas.

No que se refere especificamente características das instituições em estudo, considera-se pertinente referir que todas apresentam a sua origem nos séculos XIX e XX, o que é indicativo da antiguidade da sua história. Estes dados permitem-nos também afirmar que se encontram congruentes com os elementos teóricos e históricos apresentados no primeiro capítulo deste trabalho.

Foi ao longo destes dois séculos que se proliferou a construção de Lares de Infância e Juventude, numa dinâmica social, política e económica de desenvolvimento da intervenção social junto daqueles que apresentavam maiores riscos e maiores necessidades. Tal como foi referido no primeiro capítulo, estes saberes estiveram também na base do desenvolvimento e evolução da profissão do Assistente Social.

Relativamente às características apresentadas por cada instituição, os resultados obtidos permitem-nos afirmar que existe uma variação considerável entre os diferentes LIJ, o que denota a inexistência de padrões comuns ao nível do número de vagas disponibilizadas, as características das crianças que são acolhidas e o tempo médio que estas ficam institucionalizadas.

Quanto às respostas dadas acerca das redes de suporte que cada instituição possui, constata-se que todas as instituições estabelecem contactos com outras entidades institucionais inerentes e mesmo interventoras nos processos que são acolhidos nos LIJ, sendo que estes mesmos contactos são realizados também de forma comum a todas as

instituições, ou seja através de meios de comunicação utilizados por toda a sociedade atual. Considera-se assim que existe alguma homogeneidade entre os LIJ estudados, no que se refere ao tipo de contacto estabelecido com as suas redes de suporte.

Um elemento também referente à caracterização destas instituições diz respeito à sua localização geográfica. De acordo com os resultados apresentados, as instituições rurais são as que menos elementos/entidades possuem nas suas imediações. Ainda assim, estas estão situadas num meio com considerável importância, no que se refere às mediações, uma vez que têm nos seus acessos escolas, centros de saúde e, pelo menos uma entidade de autoridade como a GNR, o que lhes garante condições básicas de educação, saúde e segurança.

Os resultados referentes às questões colocadas acerca da composição, e dos recursos que cada instituição dispõe não se apresentam significativos no que diz respeito à possibilidade heterogeneidade, pelo que se encontram diferenças não significativas entre os LIJ. Assim, podemos afirmar que estes lares apresentam condições e recursos semelhantes para as crianças e jovens que acolhem.

Em relação à constituição das equipas são encontradas algumas diferenças, sendo que estas poderão ser consideradas pouco significativas. A formação destas equipas apresenta-se diversa nas áreas técnicas apresentadas, porém, verifica-se que todas as áreas presentes integram conteúdos técnicos relacionados com a vida dos LIJ e são pertinentes para a promoção do bem-estar das crianças e jovens que estas instituições acolhem.

No que se refere aos procedimentos institucionais adotados para tratamento de cada processo, verifica-se que é dada grande relevância ao trabalho e tomada de decisão

em equipa, sendo que se pretende que cada técnico dê o seu contributo e parecer técnico para esta mesma decisão conjunta.

Embora se encontrem a este nível algumas variações processuais e mesmo perpectivas, por parte dos técnicos entrevistados, estas não se consideram significativas para que possam ser encaradas como grandes diferenças entre as instituições.

Assim, esta dinâmica está também presente nas dinâmicas adotadas pelas equipas técnicas e educativas, nomeadamente no que diz respeito à frequência das suas reuniões, bem como no que é referente aos conteúdos que nelas são debatidos.

Relativamente à abordagem feita às funções do AS na instituição, foram obtidos resultados que nos permitem afirmar que este é um técnico presente ao longo de todo o percurso da criança ou jovem institucionalizado, desde o seu acolhimento na instituição, passando pelo seu acompanhamento diário naquilo que podemos entender como as dimensões centrais da sua vida: a escola, a saúde e o seu conforto no LIJ.

Este acompanhamento global é acompanhado pelas tarefas formais e burocráticas que estão inerentes aos processos de cada criança ou jovem e que cabe ao AS gerir. No entanto, verifica-se que existe envolvimento destes técnicos com a rotina diária das crianças e jovens, o que exige dele competências polivalentes e abrangentes, para a sua intervenção seja eficaz.

Neste sentido, todos os técnicos entrevistados referiram considerar muito importante, relevante e significativo o papel do AS na construção do projeto de vida da criança ou jovem institucionalizado. Referem também que é a intervenção diversificada e polivalente que lhes permite serem úteis na promoção da autonomia destas crianças e jovens, ainda que estes não possuam uma consciência clara do papel específico que AS

tem em relação a outros técnicos. Os participantes neste estudo referem ainda que as crianças e jovens olham para a equipa técnica como figuras de referência de autoridade moral e emocional, não sendo para eles fundamental perceber os conteúdos técnicos que estão na base da intervenção do AS.

As questões finais colocadas através do guião de entrevista aplicado centraram-se na perceção próprio técnico face à sua profissão, sendo que as respostas obtidas nos permitem afirmar que estes AS's sentem que muito existe ainda a fazer no que se refere à evolução da profissão. Denota-se nestas respostas uma consonância de conteúdo com aquilo que é referido pela bibliografia analisada e abordada no primeiro capítulo deste trabalho, sendo que há ainda a necessidade de se esclarecer se o papel do AS num LIJ deve ser exclusivamente técnico e especializado, ou se, por outro lado, esta especificidade pode ser promovida com uma intervenção polivalente, abrangente e centrada no contacto e acompanhamento direto da criança ou jovem institucionalizado num LIJ.

## **6. Conclusão / Reflexão Crítica**

A realização do presente trabalho decorreu, tal como foi anteriormente, referido de uma motivação pessoal para adquirir um conhecimento mais aprofundado acerca da prática profissional do Assistente Social em contexto de Lar de Infância e Juventude.

Neste sentido e para alcance do objetivo deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica extensa para que pudéssemos sustentar as questões de investigação propostas. Desta pesquisa pudemos verificar que é ainda escassa a existência de estudos que confirmam enfoque à prática profissional dos Assistentes Social nos Lares de Infância e Juventude.

A vida dos LIJ possui dinâmicas específicas e apresenta aos seus técnicos desafios muito concretos. Foi possível verificar que o processo de institucionalização de uma criança ou jovem integra um conjunto de elementos muito significativos para o sucesso do seu percurso na instituição, sendo que ao AS cabe estar atento para essas dimensões e intervir de forma correta no local e tempo correto, para que a sua intervenção seja bem-sucedida, seja eficaz.

Esta dificuldade de pesquisa de elementos bibliográficos relevantes revelou-se também na busca de um instrumento de recolha de dados que nos permitisse estudar este conceito, pelo que a construção do guião anteriormente apresentado se apresentou como uma solução para esta limitação.

No que se refere concretamente ao estudo empírico, foram também encontradas algumas limitações decorrentes do contacto com os LIJ. Foi necessário bastante tempo para que as instituições dessem uma resposta ao pedido de contacto com o AS de serviço, sendo mesmo encarada com algumas reservas este mesmo pedido, o qual pensamos ser decorrente da inexistência de contactos anteriores que apresentassem este objetivo de investigação.

Felizmente, esta limitação foi superada, pelo que é importante reconhecer a boa vontade das instituições e dos participantes no estudo.

Relativamente aos resultados obtidos, foi possível verificar que o objetivo geral desta investigação foi parcialmente alcançado, tendo em conta os limites temporais estabelecidos para a realização deste trabalho.

No que é referente aos principais fatores que integram a sua prática profissional, foi possível também aferir que é dada grande importância ao trabalho em equipa e, para além das tarefas de gabinete, os AS's acumulam outras funções, nomeadamente as de Educador, funções estas que consideram ser necessárias para o bom funcionamento do LIJ e que lhes permitem estabelecer um contacto mais próximos com as crianças e jovens, o que lhes confere maiores níveis de eficácia na sua intervenção.

No entanto, pudemos verificar que existe um participante que não possui o mesmo olhar sobre esta realidade, o que nos remete para a inexistência de acordo acerca desta mesma prática profissional.

Assim, esperamos que, com este contributo, se mantenham abertos os horizontes de interesse científico acerca deste tema, para que, no futuro, novos estudos permitam o desenvolvimento desta profissão.

## 7. Referências Bibliográficas

ANATRELLA, T. (2007). *A Diferença Interditada: sexualidade, educação, violência*.

Tradução de Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. Edições Loyola.

ALMEIDA, H. N. (2001). *Conceptions et Pratiques de La Médiation Sociale: Les modèles de Médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*.

Thèse de doctorat présentée devant la Faculté des Lettres de L'Université de Fribourg, en Suisse. Coimbra Editora, Limitada. Coimbra.

BERGER, P., & LUCKMANN, T. (1985). *A construção social da realidade*. Vozes.

Petrópolis.

BOWLBY, J. (1997). *SEPARAÇÃO- Angústia e Raiva*. Psicologia e Pedagogia. Volume

2 da Trilogia APEGO E PERDA. Tradução de Martins Fontes.

BOWLBY, J. (2006). *The Making and Breaking of Affectional Bonds*. Routledge

Classisc. London and New York.

BRAZELTON, T. B.; GREENSPAN, S. I. (2002). *A Criança e o Seu Mundo:*

*Requisitos Essenciais para o Crescimento e Aprendizagem*". Tradução de

Maria das Mercês Peixoto e Maria de Fátima Morgado. Editora Presença.

Barcarena. Portugal.

COELHO, A. M., NETO, M. (2007). *Retirada de Crianças nas Situações Urgentes*.

Infância e Juventude. Revista da Direcção-Geral da Reinserção Social –

Ministério da Justiça. 07.3 – Julho-Setembro. Pp. 09-23.

- DUBAR, C. (1997). *A socialização: a construção das identidades sociais e profissionais*. Porto Editora. Porto.
- DUBAR, C. (2000). *La dynamique des formes identitaires professionnelles*. *Les Politiques Sociales*. nº 1-2, pp. 25-34.
- DUBET, F. (2002). *Le Déclin de L'Institution*. Editions Du Seuil. Paris.
- DURKHEIM, E. (2007). *As Regras do Pensamento Sociológico*. Tradução de Paulo Neves. Coleção Tópicos. 3ª Edição. São Paulo: Martins Neves. Disponível em: <http://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf>
- ERIKSON, E. H. (1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Zahar editores. Rio de Janeiro.
- FERREIRA, J. (2009). *Serviço Social e Modelos de Bem-estar para a Infância: Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Proteção a Criança e à Família*. Universidade Lusófona de Lisboa. Lisboa.
- GOFFMAN, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. (D.M. Leite, Trad.) 2ª ed. Perspectiva São Paulo.
- GOFFMAN, E. (1988). *Estigma*. Editora Guanabara. Rio de Janeiro
- GRANJA, B. P. (2008). *Assistente Social – Identidade e Saber*. Dissertação de doutoramento em Ciências do Serviço Social. Universidade do Porto. Porto.
- HATZFELD, H. (1998). *Construire denouvelles légimités en travail social*. Dunod. Paris.
- HERMAN, J. (1983). *Les langages de la Sociologie*. Paris, P.U.F.
- Lei n.º 147/99 (1 de Setembro). “Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo”. 1999.

- MARTINS, H. H. T. S. (2004). *Metodologia qualitativa de pesquisa*. Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300.
- MOURO, H.; SIMÕES, D. (coord.). (2001). *100 anos de Serviço Social*. Quarteto Editora. Coimbra. Portugal.
- NADAL, E. R. (1998). *Reflexiones sobre la Intervención del Trabajador Social en el Contexto Educativo*. Disponível em: [http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/5805/1/ALT\\_06\\_11.pdf](http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/5805/1/ALT_06_11.pdf)
- NAOURI, A. (2009). *Educar os Filhos: uma urgência nos dias que correm*. Livros d’Hoje. Alfragide. Portugal.
- NETO, J. P. (2001). *Cinco Notas a propósito da “Questão Social”*. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile. Brasil.
- STRECHT, P. (2003). *Crescer vazio: repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Assiro e Alvim. Lisboa.
- TEIXEIRA, C. F. B. C. (2009). *O Tecer e o Crescer – Fios e Desafios: Construção identitária em crianças institucionalizadas*, Dissertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social. Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Universidade do Porto. Porto.
- TORRES, R. T. (2011). *Uma Intervenção Social Pedagógica: Reflexões sobre a educação como forma de reabilitação para a reinserção social*. Educação Sociedade e Culturas. Edições Afrontamento. Santa Maria da Feira.

## **8. Anexos**

## **8.1. Guião Entrevista**

### **Assistentes Sociais que trabalham em lares de infância e juventude no concelho de Braga**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO:**

1.1. Sexo: F \_\_\_\_ M \_\_\_\_

1.2. Idade:

1.3. Função:

1.4. Experiência na área:

1.5. Há quanto tempo trabalha nesta instituição?

1.6. Quais as suas funções?

1.7. Nº de horas de trabalho (tempo parcial ou tempo completo)?

#### **2. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

2.1. Identificação da Instituição:

2.1.1. Tipo de Instituição:

- 2.1.2. Breve história da Instituição (Pedir brochura):
- 2.1.3. Quantas crianças acolhem?
- 2.1.4. Nº de vagas:
- 2.1.5. Intervalo de idades:
- 2.1.6. Género:
- 2.1.7. Como é que são afetados os casos aos diferentes técnicos?
- 2.1.8. Qual o período médio de institucionalização destas crianças/jovens?
- 2.1.9. **Redes de Suporte**
- a) Como se estabelecem as relações com:

|                  | <b>Frequência</b><br><br>(semanal, mensal,<br>raramente, nunca,<br>outra resposta) | <b>Tipo Contacto</b><br><br>(carta, e-mail,<br>telefone, reuniões<br>regulares, visitas<br>ocasionais etc.) | <b>Outras Informações</b> |
|------------------|--|---|---------------------------|
| <b>CPCJ</b>      |  |   |                           |
| <b>Tribunais</b> |  |   |                           |

|                          |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|
| <b>EMAT's</b>            |  |  |  |
| <b>Famílias</b>          |  |  |  |
| <b>Escola</b>            |  |  |  |
| <b>Centros<br/>Saúde</b> |  |  |  |
| <b>Hospitais</b>         |  |  |  |
| <b>Outros</b>            |  |  |  |

**Quadro 20** - Relações do LIJ com as diferentes Entidades e Instituições, de acordo com a frequência, o tipo de contacto, ou outro tipo de relação.

**2.1.10. Espaço físico geral:**

- a) Está localizado em Meio rural ou urbano?
- b) Em que ano foi construído o edifício?
- c) O edifício foi construído para o efeito de raiz ou já existia?
- d) Localização do Lar de Infância e Juventude dentro do edifício?

**Envolvência:**

- a) Nas mediações do lar de infância e juventude existe:

|                           | <b>Sim</b> | <b>Não</b> |
|---------------------------|------------|------------|
| Escolas                   |            |            |
| Centro de Saúde           |            |            |
| Hospitais                 |            |            |
| GNR                       |            |            |
| PSP                       |            |            |
| Vizinhança                |            |            |
| Transportes públicos      |            |            |
| Outros serviços<br>Quais? |            |            |

**Quadro 21-** Tabela de registo da existência de diferentes elementos, nas mediações do Lar de Infância e Juventude

**2.1.11. Níveis de conforto:**

a) Estado de conservação:

Exterior: Mau \_\_\_\_\_ Razoável \_\_\_\_\_ Bom \_\_\_\_\_

Interior: Mau \_\_\_\_\_ Razoável \_\_\_\_\_ Bom \_\_\_\_\_

b) A instituição está equipada com:

|   | <b>Sim</b> | <b>Não</b> |
|---|------------|------------|
| Aquecimento   |            |            |
| Zonas verdes devidamente cuidadas para as crianças/jovens brincarem |            |            |
| Parque infantil   |            |            |
| Mobiliário adequado para as diferentes idades                       |            |            |
| Decoração adequada para as diferentes idades                        |            |            |
| Sala de estudo devidamente equipada                                 |            |            |
| Sala de televisão ou outras salas de recreio                        |            |            |
| Outras:   |            |            |

**Quadro 22** - Tabela de registo do equipamento da Instituição

### 2.1.12. **Composição do Lar de Infância e Juventude**

- a) Número de quartos individuais:
- b) Número de quartos duplos:
- c) Número de quartos triplos:
- d) Quais são os critérios de distribuição das crianças/jovens pelos quartos?

### 2.1.13. **Recursos**

- a) As crianças/jovens tem acesso ao computador?
- b) As crianças/jovens tem acesso a internet?
- c) As crianças/jovens tem acesso a brinquedos?
- d) A sala de refeições é comum a toda a instituição?
- e) A instituição tem transportes próprios?

## 3. **CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA**

3.1.1. Qual a formação do Diretor Técnico?

3.1.2. Formação da Equipa Técnica?

3.1.3. Como é constituída a equipa (Educativa e/ou Técnica), N° de elementos e funções e responsabilidades?

|                              | <b>N° de elementos</b> | <b>Funções/Responsabilidades</b> |
|------------------------------|------------------------|----------------------------------|
| Assistente social            |                        |                                  |
| Psicólogo                    |                        |                                  |
| Técnico Superior de Educação |                        |                                  |
| Educador Social              |                        |                                  |
| Sociólogo                    |                        |                                  |
| Animador                     |                        |                                  |
| Educador                     |                        |                                  |
| Equipa educativa             |                        |                                  |

**Quadro 23** - Constituição da equipa (Educativa e/ou Técnica), N° de elementos e funções e responsabilidades

- 3.1.4. As equipas reúnem com que regularidade?
- 3.1.5. Como é debatido/discutido (Projetos de Vida, Gestão/Organização de Casos)?
- 3.1.6. Como e com quem é elaborado o projeto de vida destas crianças/jovens?
- 3.1.7. Todas as crianças/jovens tem definido o Plano Sócio-Educativo Individual? Com que periodicidade são revistos?

#### 4. FUNÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL

- 4.1. Quais as principais funções do Assistente Social no Lar de Infância e Juventude?

| No processo de<br>admissão<br><br>(Integração da<br>criança/jovem na<br>instituição) | Adaptação da<br>criança/jovem na<br>instituição | Atividades<br>diárias da<br>criança/jovem | Outros |
|--|---|---|--------|
|  |   |   |        |

**Quadro 24** - Principais funções do Assistente Social no Lar de Infância e Juventude

- 4.2. Acumula outro tipo de tarefas (diretor técnico, educador, gestor de caso)?
- 4.3. Quantos processos, em média, cada assistente social tem a seu cargo?
- 4.4. Que critérios são utilizados para a distribuição pelos técnicos?
- 4.5. Quem decide?

## **5. PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

- 5.1. Descreva os procedimentos utilizados pelo Assistente Social nas seguintes situações:
  - 5.1.1. No acompanhamento diário com as crianças/jovens;
  - 5.1.2. No acompanhamento escolar;
  - 5.1.3. No acompanhamento a cuidados médicos;
  - 5.1.4. Outros.
- 5.2. Para si, qual a importância do Assistente Social na construção do Projeto de Vida das crianças/jovens?
- 5.3. Como é que as crianças e jovens encaram o papel do Assistente Social no LIJ?
  - 5.3.1. Quais são os novos problemas que estão a surgir?

5.4. Quais os principais desafios que se colocam, atualmente, a um Assistente Social, num LIJ?

5.5. Como vê o futuro do Assistente Social num LIJ?